



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

CAROLINA SILVA RIBEIRO

**PODER POLÍTICO E PROPRIEDADE DA TERRA NO TERRITÓRIO DO VELHO
CHICO, BAHIA**

**SALVADOR
2009**

CAROLINA SILVA RIBEIRO

**PODER POLÍTICO E PROPRIEDADE DA TERRA NO TERRITÓRIO DO VELHO
CHICO, BAHIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Gilca Garcia de Oliveira

**SALVADOR
2009**

Ficha catalográfica elaborada por Vânia Magalhães CRB5-960

Ribeiro, Carolina Silva

R484 Poder político e propriedade da terra no território do Velho Chico, Bahia./ Carolina Silva Ribeiro. Salvador, 2009.

93 f. il. ; quad.; tab.; mapa.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Econômicas) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Ciências Econômicas, 2009.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Gilca Garcia de Oliveira.

1. Concentração fundiária 2. Propriedade da terra 3. I. Oliveira, Gilca Garcia de II. Título

CDD – 333.318142

CAROLINA SILVA RIBEIRO

PODER POLÍTICO E PROPRIEDADE DA TERRA NO TERRITÓRIO DO VELHO
CHICO, BAHIA

Trabalho de conclusão de curso apresentado no curso de Ciências Econômicas da
Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em julho de 2009.

Orientador: _____

Prof^a. Dr^a. Gilca Garcia de Oliveira
Faculdade de Economia da UFBA

Prof^a. Dr^a. Guiomar Inez Germani
Instituto de Geociências da UFBA

Prof. Ms. Ihering Guedes Alcoforado de Carvalho
Faculdade de Economia da UFBA

A memória de João
Ribeiro, meu pai.

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão maior é ao Pai de todas as coisas. Agradeço, a ti Senhor, meu Deus, por ter me permitido chegar até aqui.

A minha mãe, mulher guerreira e incansável na batalha de educar seus quatro filhos, responsável pela pessoa que sou hoje e por ter me proporcionado a oportunidade, para que eu pudesse encontrar meu caminho. Às minhas irmãs e ao meu irmão que fazem parte do meu dia a dia e também contribuíram na minha formação.

Aos meus amigos. Pelas palavras de apoio e conforto nos momentos em que precisei.

Aos professores da Faculdade pelo conhecimento passado e ensinado.

Aos funcionários da Faculdade, em particular aos da biblioteca, onde mais estive presente, pelo atencioso atendimento.

A professora Gilca, que foi mais que uma orientadora, pelas experiências proporcionadas que me permitiram viver a Universidade.

A professora Guiomar pelos ensinamentos passados através da sua experiência de vida e acadêmica.

Ao Projeto GeografAR pelo crescimento, pelo conhecimento proporcionado através de seu trabalho interdisciplinar.

A Junta Comercial do Estado da Bahia pela presteza no fornecimento de dados.

Ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária pelas informações passadas, de grande importância para este estudo.

Ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia pela agilidade e comprometimento no fornecimento dos dados.

E, a todos aqueles que direta ou indiretamente estiveram presentes e contribuíram para a realização deste trabalho.

A todos, muito obrigada!

“[...] o poder é constituído pelo conjunto de instituições referentes à autoridade, isto é, as do domínio de certos homens sobre outros [...]”

Durverger (1968)

RESUMO

Este trabalho tem como área de estudo o Território de Identidade do Velho Chico, no semi-árido baiano. Busca analisar a apropriação das terras em poucas mãos, desde os primórdios da ocupação do território nacional e sua continuidade nos períodos atuais, garantindo e fortalecendo a concentração fundiária; procurando entender a relação entre a propriedade da terra – como instrumento de poder regional – e o poder político. Além de analisar se ao longo do tempo a concentração de terras na região garantiu a centralização do poder, favorecendo a desigualdade e a exclusão. A região de estudo é um claro exemplo da má distribuição da propriedade da terra. E, compreende um mosaico de formas de acesso a terra – assentamentos, acampamentos, comunidades quilombola e fundos de pasto, povos indígenas e alguns projetos da chamada “Reforma Agrária de Mercado” (projeto cédula da terra) – decorrentes da luta pela terra e da resistência. Como o TVC possui extensas áreas rurais é notória a possibilidade de existência de proprietários de terras e que estes também são políticos ou tenham vinculação.

Palavras-chave: Concentração fundiária. Propriedade da terra. Poder político. Desigualdade.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Brasil – Número de estabelecimentos, área total (ha) e utilização das terras (ha), 1996 e 2006.....	19
Quadro 2 – Evolução do PIB Municipal per capita, TVC, Bahia 2002 – 2006.....	32
Quadro 3 – Lavoura Temporária, TVC, 2007.....	36
Quadro 4 – Lavoura Permanente, TVC, 2007.....	37
Quadro 5 – Evolução Histórica do Índice de Gini, TVC, 1920-1996.....	41
Quadro 6 – Formas de acesso a terra identificadas, TVC, 2005	45
Quadro 7 – Eleições 2008: declaração de bens (imóveis rurais) dos prefeitos e vice-prefeitos eleitos, TVC.....	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População rural e urbana, Bahia e TVC, 1991, 2000 e 2007	29
Tabela 2 – Evolução do Valor Adicionado e do PIB a Preços Correntes, TVC, Bahia 2002- 2006	31
Tabela 3 – Índices de Desenvolvimento Humano, TVC, Bahia, 1991-2000.....	34
Tabela 4 – Principais efetivos, TVC, 2007.....	38
Tabela 5 – Produção animal, TVC, 2007.....	39
Tabela 6 – Classificação do Índice de Gini, TVC, 1996.....	42
Tabela 7 – Número de estabelecimentos, área total, valor bruto da produção e pessoal ocupado, categorias familiares e patronais, TVC, 1995-1996.....	42

LISTA DE SIGLAS

ADB	Aliança Democrática Belavistense
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba
DEM	Democratas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCO	Partido da Causa Operária
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PFL	Partido da Frente Liberal
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Partido Liberal
PL	Partido Libertador (até 1964)
PMB	Partido Municipalista Brasileiro
PMC	Partido Municipalista Comunitário
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Popular Brasileiro
PPR	Partido Progressista Renovador
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido Republicano (até 1965)
PR	Partido da República

PRONA	Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social-Democrático
PSDB	Partido Social-Democrático Brasileiro
PSDC	Partido Social Democrático Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Comunitário
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TVC	Território de Identidade do Velho Chico
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO	15
2.1	PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO	15
2.1.1	A terra e a sua utilização	18
2.2	FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA	20
3	O TERRITÓRIO DO VELHO CHICO	24
3.1	EVOLUÇÃO TERRITORIAL: FORMAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VELHO CHICO	26
3.2	CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA	27
3.3	CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	35
3.3.1	Produção Agrícola	35
3.3.2	Produção Animal	38
4	PODER POLÍTICO E PROPRIEDADE DA TERRA NO VELHO CHICO	40
4.1	CARACTERIZAÇÃO FUNDIÁRIA	40
4.2	FORMAS DE ACESSO A TERRA	43
4.3	PODER POLÍTICO E PROPRIEDADE DA TERRA	47
4.3.1	Poder político	47
4.3.1.1	Coronelismo e os mecanismos do poder	47
4.3.1.2	Partidos políticos	51
4.3.1.3	Trajetória político-partidária nos municípios do TVC	55
4.3.2	Prefeitos X Proprietários	58
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
	REFERÊNCIAS	64
	APÊNDICES	68
	ANEXOS	85

1 INTRODUÇÃO

No início da história humana não havia cercas, nem divisas. A terra era de todos. Posteriormente, por diferentes vias, o solo foi sendo apropriado pelo homem, fosse pela força – por meio da lei do mais forte – fosse por diferentes artifícios legais.

Quando se estuda a questão agrária em determinadas áreas e em certos momentos históricos observa-se que um dos problemas mais sérios, mais difíceis é o da forma como se distribui a propriedade da terra entre os habitantes de um país ou de uma região.

A terra deve ser o amplo seio de onde todos retiram seu ganho. É um instrumento importante de produção e de extensão limitada, mesmo em um país de dimensões continentais, como o Brasil.

A questão fundiária é um assunto que permeia a história brasileira. A má distribuição das terras no Brasil é consequência de um processo histórico que se inicia com a colonização. As sesmarias são as sementes que dão origem aos grandes latifúndios. Ao longo da história, o território foi retalhado por latifúndios inertes, baldios e virgens. Em contrapartida, há milhões de brasileiros que vagam dispostos a trabalhar, a produzir e que não dispõem de um palmo de chão para se instalar.

A apropriação da terra, como ela se distribui, as condições de exploração estão associadas à estrutura fundiária. O espaço agrário brasileiro foi organizado dentro de um contexto, segundo o qual a terra era sinônimo de poder e, em consequência disto, concentrava-se e ainda se concentra nas mãos de alguns poucos proprietários.

O campo brasileiro tem sido marcado pela presença do latifúndio. O grande proprietário desempenhou ou tem desempenhado o papel de chefe político local, atuando segundo uma lógica paternalista, na qual a política era e ainda é concebida e realizada como uma extensão da vida privada. A política aparece, em forte medida, como “negócio privado” das elites e a participação das classes subalternas como indesejada, devendo adequar-se aos interesses dos coronéis.

O Velho Chico, na sua conformação, foi zona de fortes coronéis e um dos lugares onde este fenômeno mais resistiu ao tempo. Na região a concentração do poder político-econômico está diretamente vinculada à concentração da terra.

A presença de grandes propriedades numa região baseada, principalmente, na atividade agropecuária, que tem a terra como elemento primordial de produção pode indicar quem são os detentores do poder e quem são os excluídos. Desde tempos atrás ter grandes extensões de terra servia para mensurar riqueza. Associando-se não somente à produção intensiva ou extensiva, mas também à reserva de valor gerando pouco emprego e renda.

Palco de vários conflitos pela posse da terra, fruto de um processo histórico marcado pelo mandonismo local, região singular da Bahia que apresenta diversas formas de acesso a terra – assentamentos, acampamentos, comunidades negras rurais quilombolas, fundos de pasto, indígenas, projeto cédula da terra (do chamado programa de “reforma agrária de mercado”) e crédito fundiário – fazem da região um rico ambiente de estudo. Dessa forma este trabalho vem contribuir para o entendimento da apropriação privada das terras como instrumento de dominação regional.

O tema tratado no presente estudo provém do projeto intitulado “A questão agrária na Bahia: aportes para sua compreensão”, como bolsista do Programa Permanecer da UFBA, no ano de 2007, sob a coordenação do Projeto GeografAR, desta Universidade.

Diante do exposto, o estudo tem por objetivo analisar a apropriação das terras em poucas mãos, desde os primórdios e como teve continuidade nos períodos atuais, garantindo a concentração da posse da terra. Em nível específico busca-se entender a relação entre a propriedade da terra – como instrumento de poder regional – e o poder político.

O Território de Identidade do Velho Chico é composto por 16 municípios¹. Para o desenvolvimento do tema foi adotada a metodologia de pesquisa bibliográfica,

¹ Paratinga, Brotas de Macaúbas, Riacho de Santana, Bom Jesus da Lapa, Oliveira dos Brejinhos, Ibotirama, Morpará, Sítio do Mato, Serra do Ramalho, Barra, Carinhanha, Malhada, Feira da Mata, Muquém do São Francisco e Igaporã

procurando analisar, dentro das diversas publicações de autores especializados a questão da terra, partindo do geral para o particular: Brasil – Bahia – Território do Velho Chico. Em sua maior parte trabalhar-se-á com variáveis qualitativas, no entanto algumas vezes será necessária a mensuração, utilizando, desta forma, variáveis quantitativas.

Entendendo ser o tema bastante extenso, resolveu-se fazer uma divisão por capítulos. O segundo capítulo traz uma caracterização do processo histórico de ocupação do espaço agrário brasileiro. O capítulo três aborda a região de estudo, o Território de Identidade do Velho Chico, desde o seu processo de formação e discorre sobre sua situação socioeconômica. No quarto capítulo são discutidos os aspectos relacionados à propriedade da terra e sua relação com o poder político na região. E o capítulo cinco traz as considerações finais acerca do trabalho.

2 ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO

O Brasil é um país que se caracteriza por sua grande extensão territorial – mais de oito milhões e meio de quilômetros quadrados (IBGE, 2000) –, por sua elevada população – mais de cento e oitenta milhões de habitantes (IBGE, 2007) – e pela grande diversidade de suas condições naturais. É um país de economia muito expressiva – nono lugar do mundo (BANCO MUNDIAL, 2007) -, mas com uma concentração de renda muito alta, com um índice de 0,58 ocupando o 10º lugar no mundo (PNUD, 2006). E apresenta, também, uma distribuição desigual do recurso terra, o país ocupa 12ª posição mundial (PORTELA, 2001). Esta posição é resultado, em grande parte, do processo histórico de colonização e ocupação do território.

2.1 PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO

A história territorial do Brasil começa em Portugal. E é nesse “pequeno reino peninsular”, na história de suas instituições territoriais, dentre as quais a das sesmarias – tronco de que se ramificou a propriedade imóvel – que serão encontradas as origens remotas do regime de terras brasileiro (LIMA, 2002). O regime de sesmarias desenvolveu-se no Brasil durante o período de 1530 a 1822. Instituído o regime de capitanias hereditárias (1534) o instrumento legal para a distribuição das terras foi a Lei das Sesmarias.

Em Portugal já se tinha o antigo costume de retirar de seus donos as terras não exploradas para entregá-las a quem se dispunha lavrá-las e semeá-las. O costume foi transformado em lei escrita, em 1375. Segundo tal Lei as terras eram concedidas por tempo determinado e o proprietário estava obrigado a trabalhar nelas, diretamente ou por terceiros, pagando à Coroa a sexta parte da obtenção da produção, chamada antigamente de “sesma”. (GERMANI, 2006, p.122).

No Brasil as sesmarias não funcionavam como em Portugal havendo alguns desvirtuamentos² com o benefício apenas de uma minoria. O regime foi implantado

² A chamada Lei de Sesmarias de 1375 aplicada em Portugal tinha como princípio uma política de reestruturação do sistema fundiário no país, fixando os trabalhadores à terra com o objetivo de estimular a produção. O modelo

na colônia com o objetivo de acelerar o processo de colonização da América portuguesa. Os sesmeiros – nome dado àqueles que recebiam as sesmarias – tinham um prazo limite de cinco anos para cultivá-las, podendo perdê-las em caso de descumprimento da legislação. O compromisso de tornar as áreas recebidas em produtivas não era cumprido e a grande dimensão continental da Colônia tornava a fiscalização muito difícil. Algumas concessões de terras foram feitas para a construção de engenhos de açúcar e estabelecimentos semelhantes – de onde se originaram os futuros senhores de engenho e os grandes latifúndios. As concessões de sesmarias restringiam-se aos candidatos a latifundiários e nada mais era do que uma distribuição compulsória em benefício da agricultura (LIMA, 2002).

Com a extinção das sesmarias (1822) a posse disseminou-se livremente passando a abranger fazendas inteiras. A ocupação³ passava a tomar o lugar das concessões “era o triunfo do colono humilde, do rústico, desamparado, sobre o senhor de engenho ou fazendas” (LIMA, 2002, p.51). Pelo direito de posse, cabia ao posseiro requerer a propriedade da terra que ocupava. Pois, na ausência de lei expressa, a instituição da posse com cultura efetiva, como modo de aquisição do domínio, se tornou verdadeiro costume jurídico. Por um curto período, entre 1822 e 1850 a posse foi a única via de acesso à apropriação legítima das terras públicas (PREZIA; HOONAERT, 2000).

De acordo com Lima (2002, p. 51):

[...] a sesmaria é o latifúndio, inacessível ao lavrador sem recursos. A posse é, pelo contrário – ao menos nos seus primórdios –, a pequena propriedade agrícola, criada pela necessidade, na ausência de providência administrativa sobre a sorte do colono livre, e vitoriosamente firmada pela ocupação.

Se as sesmarias formavam verdadeiros latifúndios, o mesmo se seguiu com as posses, pois nem sempre estas serviram a pequena propriedade, uma vez que delas

adotado em Portugal limitava o tempo de concessão da terra. Já no Brasil as sesmarias foram concedidas em caráter perpétuo, contrariando o texto régio que estabelecia que a doação seria apenas vitalícia. Com relação à dimensão da sesmaria a legislação nada estabelecia. E, em geral no Brasil tinham grandes dimensões.

³ “Segundo juristas e pesquisadores, invadir significa um ato de força para tomar alguma coisa de alguém, ocupar diz respeito, simplesmente a preencher um vazio – no caso, terras que não cumprem sua função social” (SILVA, 1996, p. 116).

também se constituíram latifúndios. “A humilde posse com cultura efetiva, cedo, se impregnou do espírito latifundiário que a legislação das sesmarias difundira e fomentara” (LIMA, 2002, p. 58).

A tendência para a grande propriedade já estava arraigada. Extinto o regime de sesmarias a posse passa a servir-lhe de veículo. As compras e vendas das posses manifestadamente irregulares se multiplicaram.

Em meados do século XIX, visando consolidar o poder dos proprietários e abrir perspectivas aos estrangeiros que eram atraídos para o Brasil, estabeleceu-se o acesso a terra através do contrato de compra e venda (Lei de Terras, 1850), consolidando-se o poder dos latifundiários (ANDRADE, 2002). A Lei de 1850 procurava ajustar todos os costumes referentes à posse, mas o que de fato ela pretendia era regularizar a propriedade privada da terra. Aos poucos esta lei definia o quadro agrário brasileiro (TAGLIETTI, 2005). Dessa forma, a aprovação da lei foi uma tentativa de organizar as doações de terras feitas desde o início do processo de colonização, regularizar as áreas ocupadas depois de 1822 e incentivar a vinda de imigrantes para o Brasil.

A Lei de Terras, como ficou conhecida a Lei nº 601 de 1850, embora reconhecesse a aquisição da propriedade pela posse cuidou de corrigir alguns excessos desse particular. Com a Lei termina o regime legal das posses no Brasil. Torna-se proibida a aquisição de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. A lei compreende como terras devolutas⁴ (BRASIL, 2009c):

§ 1º As que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial, ou municipal;

§ 2º As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial;

§ 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo;

⁴ O sentido da expressão “terra devoluta” evoluiu com o tempo para as terras que eram incultas, inexploradas, inproveitadas, ou seja, as terras que acabavam voltando ao domínio público (TAGLIETTI, 2005).

§ 4º As que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta Lei.

A aquisição direta das terras devolutas por particulares ficou vedada. Firma-se a exclusividade dos direitos do Estado⁵ sobre as terras desocupadas. As terras não ocupadas só poderiam ser adquiridas através da compra nos leilões mediante pagamento à vista, e não mais através da posse – meio que passou a ser criminalizado, e quanto às terras já ocupadas, estas podiam ser regularizadas como propriedade privada. Em relação às posses irregulares, a lei teve que abrir um precedente prevendo que os sesmeiros em situação irregular e os posseiros se transformariam em proprietários de pleno direito de uso, mas não de venda da terra.

É notório que a Lei de Terras regulamentou a questão agrária, mas também, que iniciou um processo de expropriação rural, na medida em que estabelecia que a aquisição de terras públicas se desse através da compra (TAGLIETTI, 2005). Seu efeito prático foi dificultar a formação de pequenos proprietários, já que estes não dispunham de recursos para adquirir uma propriedade, e liberar a mão-de-obra para os grandes fazendeiros. Dessa forma, muitos tiveram o acesso a terra barrado por condições econômico-financeiras, que sem opções migraram para centros urbanos. Aqueles que continuaram no campo, como posseiros, alguns permaneceram em situação de ilegalidade, sem direito ao título de propriedade e outros como mão-de-obra para a grande propriedade.

2.1.1 A terra e a sua utilização

Durante o período de colonização e ocupação do território brasileiro não houve mecanismos para impedir a concentração de terras. Uma consequência desse período, que ainda resulta numa característica atual do Brasil, é a maneira como foi organizado o espaço agrário. O espaço agrário no Brasil foi organizado dentro de um contexto, segundo o qual, a terra era sinônimo de poder e, em consequência disto, concentrava-se nas mãos de poucos. “O tamanho da propriedade e o poder político-econômico do proprietário definiam sua função e determinavam a implantação de estruturas que viabilizassem a produção” (ANDRADE, 2002, p. 15).

⁵ Para Smith, o Estado também tem grandes interesses sobre a Lei de Terras, pois segundo ele, era uma necessidade do próprio Estado recobrar o controle sobre as terras devolutas. (SMITH, 1990, *apud* TAGLIETTI, 2005).

Consolidou-se desta forma, uma distribuição desigual da terra, gerando um grande número de agricultores sem terra e sem trabalho, que vagam dispostos a trabalhar e a produzir já que não possuem um palmo de chão para se instalar. Situação contraditória já que o País apresenta terras em abundância, necessitando de acesso democratizado para minimizar o abismo que separa o agricultor do latifundiário.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil apresenta, aproximadamente, 354,9 milhões de hectares de área ocupada, enquanto em 1996 eram, 353,6 milhões. O que significa um aumento de 1,2 milhões de hectares ao longo de dez anos.

A utilização das terras, segundo o IBGE, se dá de acordo com a classificação do uso da área do estabelecimento⁶ que pode ser em: lavouras permanentes e temporárias, pastagens naturais e plantadas, matas e terras produtivas não utilizadas e terras inaproveitáveis. Em relação à área total ocupada, a área destinada às lavouras, de 1996 a 2006, sofreu um aumento de mais de 30 milhões de hectares, evidenciando uma expansão das fronteiras agrícolas, conforme o Quadro 1.

Ano	Estabelecimentos	Área total	Lavouras	Pastagens	Matas e florestas
1996	4.859.865	353.611.246	41.794.455	177.700.472	94.293.598
2006	5.204.130	354.865.534	76.697.324	172.333.073	99.887.620

Quadro1 Brasil – Número de estabelecimentos, área total (ha) e utilização das terras (ha), 1996 e 2006.

Fonte: IBGE, 1996 e 2006.

Em 1996, a área destinada às pastagens correspondia a 50,2% da área total, já em 2006 houve uma redução desse percentual para 48,6%. A partir da queda da utilização da área de pastagens pode-se inferir que a terra deixa de ser usada somente pela pecuária, muitas vezes extensiva, passando a ser utilizada para outros

⁶ De acordo com o IBGE, estabelecimento agropecuário é toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. Independente de seu tamanho, sua forma jurídica ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda.

fins. Tal cenário reflete uma mudança na utilização das terras do País. No período de análise, a área que compreende as matas e florestas apresentou elevação de 6%, devido, dentre outros fatores, ao surgimento de novas áreas de preservação ambiental, assim como de florestas plantadas para a produção de papel e celulose.

De 1996 para 2006, observa-se um aumento na quantidade de estabelecimentos agropecuários. Uma vez que houve uma elevação no número de unidades de produção, era de se esperar que esta fosse acompanhada de um aumento no número de postos de trabalho. Todavia, não é o que ocorre. Há uma redução de mais de um milhão de pessoas (IBGE, 2006) que trabalhavam nos estabelecimentos, ou seja, do pessoal ocupado – empregado permanente e temporário, parceiro e empregados em outra condição.

2.2 FUNÇÃO SOCIAL DA TERRA

Em meio a uma sociedade capitalista, que tem como características principais a acumulação e a apropriação dos meios de produção por uma minoria, a propriedade adquiriu ao longo dos anos grande importância sobre a ótica de fator de produção. O direito a propriedade era absoluto, tendo algo como seu, poder-se-ia usufruir de qualquer forma, sem interferência de outrem, ou até mesmo do Estado. “Os ideais das revoluções liberais européias conferiram à propriedade caráter absoluto, perpétuo e exclusivo” (ALMEIDA, 2009, p. 1). Esta concepção só começou a ser alterada mais tarde com o Estado do Bem Estar Social. A propriedade absoluta cede espaço para a propriedade social.

Ao se atribuir nova relevância e condições, a natureza do direito de propriedade é relativizada. O conceito de propriedade recebe um sentido mais amplo, não apenas essencialmente econômico, como outrora. Passa a ser analisado como riqueza destinada à produção de bens que satisfaçam às necessidades sociais, passando a abordar seu papel útil à sociedade, e não apenas ao interesse particular. O proprietário, agora, tem o dever de atender ao princípio da função social e não podendo, portanto, incidir em atos configuradores do abuso de direito de propriedade (ALMEIDA, 2009).

A utilização da propriedade antes feita somente para benefício próprio, sem que se levasse em conta a preocupação com os efeitos do processo produtivo aos recursos naturais e tão pouco aos valores sociais, passa a requerer o atendimento a coletividade. Além de pensar na produtividade, busca-se o respeito ao meio ambiente e às relações de trabalho. Como dispõe a doutrina da função social da propriedade estabelecida pelo art. 2º, § 1º do Estatuto da Terra (1964) (BRASIL, 2008a):

A propriedade da terra desempenha integralmente sua função social quando, simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade
- c) assegura a conservação dos recursos naturais
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam.

O Estatuto da Terra é de grande importância, dentro do contexto da época em que foi sancionado e da atualidade, pois dentro de um quadro de evolução de acesso a terra, legitima a luta pela terra no Brasil. Em seu art. 2º, parágrafo 1º expõe que “é assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social” (Lei 4.504/64, p.1). Mas, quem são os “todos” de que trata o artigo, já que os que detêm o acesso à terra são a minoria? De acordo com Germani (2006, p.140), o Estatuto:

[...] pouco ou quase nada contribuiu para modificar a estrutura de posse da terra rural na perspectiva de uma melhor distribuição. Ao contrário, neste último período a concentração da propriedade tendeu a agravar-se, intensificou-se o êxodo rural, e se multiplicaram os conflitos armados pela posse da terra.

O parágrafo 2º, na alínea b, diz que dentre os deveres do poder público está o de “zelar para que a propriedade da terra desempenhe sua função social” (p. 2). O artigo 12 do Estatuto com relação à utilização das terras particulares dispõe que “à propriedade privada da terra cabe intrinsecamente uma função social e seu uso é condicionado ao bem estar coletivo” (p. 5). O artigo 13, por fim determina que “o poder público promoverá a gradativa extinção das formas de ocupação e de

exploração da terra que contrariem sua função social” (p. 5). O que de fato não ocorreu na época, para tranquilidade da burguesia agrária já que “a medida vinha de um grupo político no qual eles tinham confiança” (GERMANI, 2006, p. 140) e não era interessante para o governo militar entrar em conflito com esta classe e perder alianças.

A Constituição de 1988, ainda vigente, ressaltando a relevância do Estatuto ratifica o cumprimento da função social da propriedade rural, quando, simultaneamente, há:

- I - aproveitamento racional e adequado;
- II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 2009b).

E, ainda, de acordo com a Carta Magna, a propriedade que não cumprir sua função social deve ser desapropriada. O princípio da função social da propriedade permanece até hoje sem ter a devida eficácia, pois, dentre outros fatores, a defesa absoluta da propriedade continua prevalecendo, em detrimento de critérios como o aproveitamento racional e adequado dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente. A falta de produtividade da propriedade, as condições desfavoráveis de trabalho e emprego, a exploração a que se sujeita o trabalhador rural são fatores que ferem a doutrina da função social da propriedade da terra.

Grande parte dos trabalhadores rurais não encontram outra alternativa de ocupação que na concessão de sua força de trabalho a uma reduzida classe de grandes proprietários e fazendeiros que monopolizam de fato a maior e melhor parte das terras disponíveis.

Nesse contexto de utilização e domínio das terras, Prado Júnior (1979) lembra que, a grande exploração de tipo comercial tende, quando a conjuntura lhe é favorável a se expandir e absorver o máximo de terras aproveitáveis, eliminando lavradores independentes, proprietários ou não, bem como suas culturas de subsistência. Em conseqüência, agravam-se as condições de vida da população trabalhadora rural cuja remuneração, seja em salário, seja em participação no produto principal está

sempre aquém do preço relativo dos gêneros de subsistência que os trabalhadores são obrigados a adquirirem no comércio.

A função social da terra estará cumprida quando um maior número de pessoas tiver acesso a terra, para nela viver e trabalhar. Quando esta terra estiver produzindo alimentos suficientes para alimentar um maior número de pessoas na sociedade, conservando-se os recursos naturais e observando-se as relações de trabalho, visando o bem estar de todos.

3 O TERRITÓRIO DO VELHO CHICO

Como mostra Favareto (2006), a emergência da abordagem territorial do desenvolvimento rural tem sua origem, de um lado, no reconhecimento de novas dinâmicas espaciais e, do outro, no realinhamento dos instrumentos tradicionais de promoção do desenvolvimento. A descentralização das políticas associada à redução e a um certo redirecionamento da intervenção estatal contribuíram para que, nos meados dos anos 80 e nos anos 90, fosse instituído um corte eminentemente territorial e não mais setorial.

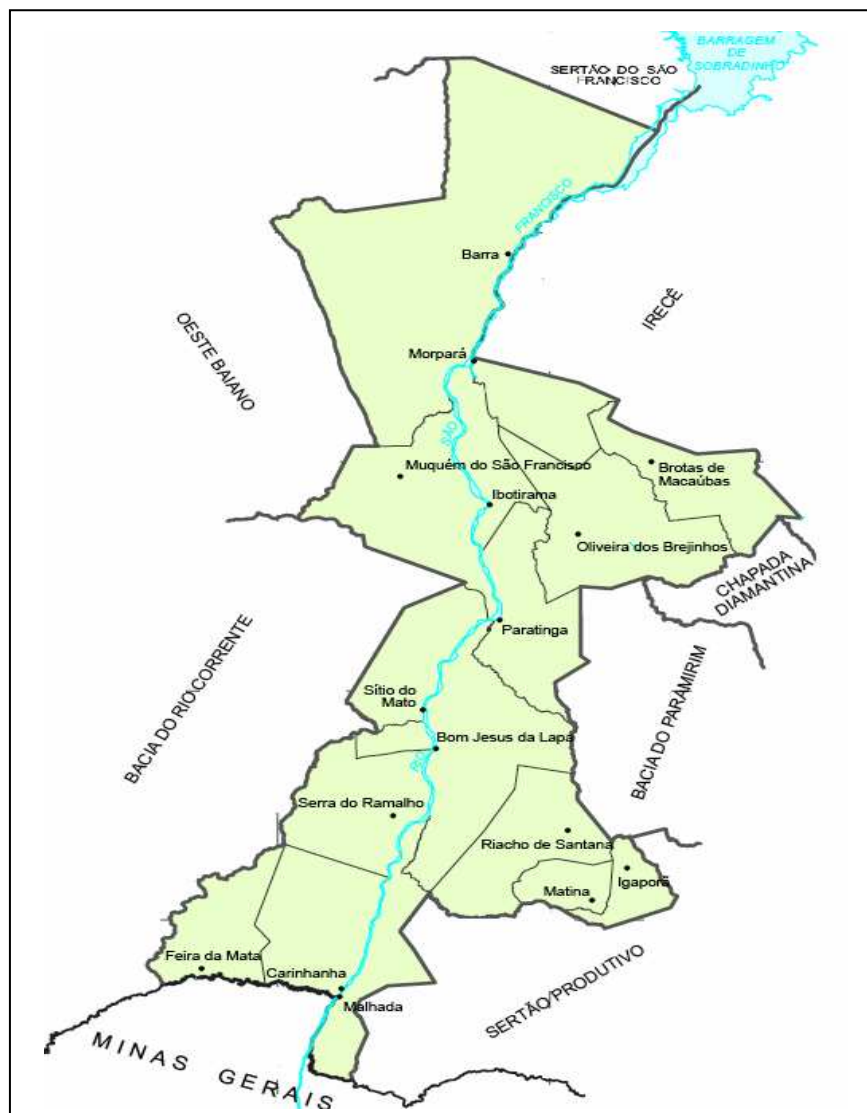
De acordo com Abramovay e Beduschi Filho (2004), na década de 1990, o planejamento brasileiro para passar da lógica de repartição setorial de recursos para uma lógica territorial teve sua ação governamental pautada em programas, no estabelecimento de organizações locais e na adoção de novos recortes do território nacional. Tais iniciativas, segundo os autores, foram no sentido de planejar o processo de desenvolvimento com base em recortes territoriais que não se limitassem às cinco regiões políticas em que se divide o País.

Dentro da perspectiva da abordagem territorial, com o objetivo de identificar oportunidades de investimento e prioridades temáticas definidas a partir da realidade local de cada território, o Governo da Bahia apoiado na Política de Desenvolvimento Territorial do Governo Federal, em 2007, passou a estabelecer no Estado seu foco territorial baseado em vinte e seis Territórios de Identidade, constituídos a partir do arranjo espacial federal.

Echeverri (2007) coloca que os territórios são consequência de processos sociais e históricos, e ainda que, eles sempre existiram, o que é novo é o reconhecimento dessa abordagem de desenvolvimento. Segundo Echeverri, os territórios de identidade são um tipo de regionalização, entendida como aquilo que diferencia o espaço, isto é, une para diferenciar. A idéia de identidade traz o reconhecimento que possibilita que um grupo seja capaz de gerar ações coletivas e se diferenciar dos demais grupos.

Dentre os vinte e seis territórios de identidade, encontra-se o Território de Identidade do Velho Chico (TVC) que é composto por dezesseis municípios, sendo eles: Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato.

O TVC acompanha o leito do rio São Francisco que o atravessa e o divide de sul a norte. Limita-se a oeste com os territórios de identidade da Bacia do Rio Corrente e do Oeste Baiano; a leste com Irecê, Chapada Diamantina, Bacia do Paramirim e Sertão Produtivo; ao norte com o Sertão do São Francisco; e ao sul com o estado de Minas Gerais, como pode ser visualizado no Mapa 1.



Mapa 1 – Território de Identidade do Velho Chico, Bahia.

Fonte: BAHIA, 2008.

Em sua totalidade, o Velho Chico está inserido no semiárido nordestino. É marcado por irregularidades no regime de chuvas, limitações pluviométricas e por solos areno-argilosos – pobres em nutrientes – com risco de salinização de médio a alto, características inerentes à região semi-árida. A vegetação do TVC é do tipo cerrado e caatinga, com o predomínio desta última. As condições adversas do TVC condicionam fortemente os povos do território a sobreviver principalmente de atividades econômicas ligadas basicamente à agricultura e à pecuária. No entanto, segundo a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF) a região apresenta grande área apta à agricultura de sequeiro, além de existir possibilidades de expansão das áreas irrigáveis (BRASIL, [200-?]).

3.1 EVOLUÇÃO TERRITORIAL: FORMAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO VELHO CHICO

No século XVI, no período compreendido entre 1534 e 1566, foram criadas cinco capitanias – Porto Seguro, Bahia de Todos os Santos, São Jorge dos Ilhéus, Peroassu ou Paraguaçu e Itaparica/Tamarandiva – “em área que se configurou, mais de dois séculos depois, como o Estado da Bahia” (SEI, 2001, p.24). Interessamos estudar a Bahia de Todos os Santos, pois é nesta capitania que vai se configurar a área de estudo. Esta foi doada a Francisco Pereira Coutinho – 1º donatário da Bahia – em 1536, porém havia sido criada em 1534. A capitania possuía uma extensão de “50 léguas⁷ de terra na costa, as quais começavam na ponta do Rio São Francisco e corriam para o sul até a ponta da Baía de Todos os Santos” (SEI, 2001, p.24).

Até meados do século XVI, a ocupação do território era incipiente, restrita às vilas, sedes das capitanias. No século XVII observa-se um maior esforço da Coroa portuguesa para ocupar o território, ao dirigir-se para o sertão e para o sul. No sertão, interessava a conquista do grande rio, o São Francisco. As frentes pioneiras

⁷ Uma légua é uma medida itinerária equivalente a 5 [quilômetros](#), 3 [milhas](#) ou 3.000 [braças](#), aproximadamente. Essa medida era mais utilizada no período colonial.

que alcançaram o vale do São Francisco contribuíram para transformá-lo em área de colonização baseada na criação extensiva de gado.

Na Bahia, primeiro foram criados os núcleos de povoamento, em seguida as vilas e por fim os municípios. Os atuais municípios baianos existentes resultam de sucessivos desmembramentos baseados em “municípios originários”⁸. A região que se configura como TVC teve como municípios originários Santo Antônio da Jacobina e São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande.

Em 1745 é criada a Vila de Santo Antônio do Urubu de Cima, passando a se chamar depois apenas Urubu. Para fazer face às invasões por tribos indígenas aos estabelecimentos pecuários foi criada, em 1752, a Vila de São Francisco das Chagas da Barra do Rio Grande, mais tarde Barra do Rio Grande. Em 1820 emancipou-se de Barra o município de Campo Largo. Em 1827, o TVC contava com três municípios: Barra do Rio Grande, Urubu e Campo Largo. Devido ao aumento da criação de gado no percurso do rio São Francisco e seus afluentes, a população vai aumentando e se espalhando pela região. Da área representada em 1827, formada pelos antigos municípios de Barra do Rio Grande, Urubu e Campo Largo não só originou-se todo o Velho Chico, mas também o Oeste Baiano e partes da Chapada Diamantina (MENEZES, 2005).

Após algumas fragmentações foram formados os municípios que compõem o território. Municípios criados a partir de Urubu: Paratinga (1745), Brotas de Macaúbas (1878), Riacho de Santana (1878), Bom Jesus da Lapa (1890), Oliveira dos Brejinhos (1891), Ibotirama (1958), Morpará (1962), Sítio do Mato (1989) e Serra do Ramalho (1989) e Matina (1989). A partir de Barra do Rio Grande foram criados: Barra (1752), Carinhanha (1832), Malhada (1961), Feira da Mata (1989) e Muquém do São Francisco (1989). Apenas Igaporã (1953) foi originado a partir da Vila de Santo Antônio da Jacobina.

3.2 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

⁸ Entende-se por originários municípios sem qualquer referência de documento ou análise que estabeleça ou evidencie relação de cunho territorial ou administrativo entre o município criado e qualquer outro (SEI, 2001).

O TVC apresenta uma área de 46.328,39 km², correspondendo a 8,2% da área total do Estado. Em 1991, a população total era de 326.394 habitantes, sendo 209.603 habitantes da área rural e 116.791 de população urbana, correspondendo a 64,22% e 35,78%, respectivamente. No ano 2000 a população total passa para 348.689 habitantes, sendo 201.052 habitantes da área rural e 148.637 da área urbana, correspondendo a 57,49 e 42,51%, como pode ser observado na Tabela 1. Embora não tenha havido um aumento significativo da população total, houve uma mudança entre percentuais de população urbana e rural, apesar da população ainda estar concentrada nas áreas rurais, mostrando uma tendência de urbanização.

Bom Jesus da Lapa, Ibotirama e Sítio do Mato são os únicos municípios do TVC com população mais concentrada em áreas urbanas, com 69%, 68% e 55%, respectivamente, de população urbana, no ano 2000. De 1991 para 2000, houve uma mudança no contingente populacional de Morpará, diminuição da população rural, de 50,92% para 36,09% e um aumento da urbana, de 49,08% para 63,91%, evidenciando um processo de urbanização do município. Brotas de Macaúbas, município eminentemente rural, foi o único, de 1991 a 2007, que apresentou redução no número de habitantes, devido, entre outros fatores, ao êxodo rural, onde ocorre a migração em busca de melhores condições de vida.

Comparando com o Estado, o ritmo de crescimento da população total, urbana e rural do TVC foi algo inferior à média estadual. Em 1991, o TVC possuía cerca de 326 mil habitantes, correspondendo a 2,75% dos residentes baianos, que na época eram cerca de, aproximadamente, 12 milhões de habitantes. Em 2000, eram aproximadamente, 350 mil habitantes, correspondendo a 2,67% da população do Estado.

Com o auxílio da Tabela 2, tem-se uma dimensão econômica da participação do valor adicionado dos setores da economia em valores absolutos em milhões de reais nos municípios do TVC. Neste contexto, verifica-se que, entre os anos de 2002 e 2006, os setores de serviços e agropecuário permaneceram com maior participação na economia do TVC, representando 66% e 13%, respectivamente, do PIB.

Tabela 1 - População rural e urbana, Bahia e TVC, 1991, 2000 e 2007

Municípios	Total	1991				2000				2007	
		Urbana	Rural	Urbana (%)	Rural (%)	Total	Urbana	Rural	Urbana (%)	Rural (%)	Total
Bahia	11.867.991	7.016.770	4.851.221	59,12	40,88	13.070.250	8.772.248	4.297.902	67,12	32,88	14.080.654
TVC	326.394	116.791	209.603	35,78	64,22	349.689	148.637	201.052	42,51	57,49	367.365
Barra	39.806	15.767	24.039	36,61	60,39	44.203	19.641	24.562	44,43	55,57	47.755
Bom Jesus da Lapa	48.910	32.390	16.520	66,22	33,78	54.421	37.726	16.695	69,32	30,68	62.199
Brotas de Macaúbas	14.263	2.450	11.813	17,18	82,82	13.003	3.050	9.953	23,46	76,54	10.922
Carinhanha	25.565	7.325	18.240	28,65	71,35	27.272	10.483	16.789	38,44	61,56	28.879
Feira da Mata	6.343	1.470	4.873	23,18	76,82	6.235	2.822	3.413	45,26	54,74	6.328
Ibotirama	23.270	15.231	8.039	65,45	34,55	24.149	16.384	7.765	67,85	32,15	25.292
Igaporã	13.952	5.903	8.049	42,31	57,69	14.557	7.101	7.456	48,78	51,22	14.499
Malhada	15.210	2.688	12.522	17,67	82,33	15.614	6.073	9.541	38,89	61,11	16.085
Matina	8.999	1.389	7.610	15,44	84,56	10.242	2.759	7.483	26,94	73,06	12.322
Morpará	7.411	3.637	3.774	49,08	50,92	8.597	5.494	3.103	63,91	36,09	8.586
Muquém do S. Francisco	8.257	807	7.450	9,77	90,23	9.052	997	8.055	11,01	88,99	10.096
Oliveira dos Brejinhos	21.105	4.191	16.914	19,86	80,14	21.670	5.817	15.853	26,84	73,16	22.609
Paratinga	24.181	7.346	16.835	30,38	69,62	27.679	9.067	18.612	32,76	67,24	28.671
Riacho de Santana	27.259	8.373	18.886	30,72	69,28	28.643	11.011	17.632	38,44	61,56	29.425
Serra do Ramalho	33.164	2.159	31.005	6,51	93,49	32.600	3.742	28.858	11,48	88,52	31.130
Sítio do Mato	8.699	5.665	3.034	65,12	34,88	11.752	6.470	5.282	55,05	44,95	12.567

Fonte: IBGE, 2007.

Em 2006, todos os municípios do território tiveram maior arrecadação do setor de serviços. É importante ressaltar que no período de análise a indústria ganhou força e saiu de uma participação de 7%, em 2002, para, aproximadamente 10%, em 2006. O município de Bom Jesus da Lapa destaca-se dos demais, figurando como potência econômica do território em valor adicionado em todos os setores.

O Estado da Bahia, assim como o TVC, tem maior participação do setor de serviços na economia, 52%. Quanto ao segundo setor de maior participação o TVC diverge do Estado, o Território apresenta o setor agropecuário com, aproximadamente, 27%, e a Bahia o setor industrial, com 26% do PIB, em 2006.

O Velho Chico, banhado pelo rio São Francisco, pode ser visto como um território com pequena participação no produto econômico do Estado. O PIB do TVC representou 1,1% do território baiano, em 2006. Para este mesmo ano, quando comparado ao ano de 2002, o PIB do TVC apresentou uma taxa de crescimento de 32,73% contra 59,15% da Bahia.

De 2002 a 2006, o PIB do Médio São Francisco não apresentou elevadas taxas de crescimento, o que de certa forma compromete o desenvolvimento econômico da região. Isso faz com que determinadas melhorias, que seriam oriundas desse crescimento, não ocorram.

Dentre os municípios do TVC, de 2002 a 2006, Muquém do São Francisco destaca-se com uma taxa de crescimento de 111%, primeiro colocado no *ranking* deste território. Em seguida, ocupando o segundo lugar tem-se Ibotirama. Riacho de Santana e Sítio do Mato tiveram suas taxas caminhando em sentido contrário, ou seja, negativas, no período de análise (ver Tabela 2).

Apesar de não ter apresentado a maior taxa de crescimento, Bom Jesus da Lapa possui o PIB mais expressivo do Velho Chico, quase 250 milhões de reais. Este município é uma exceção, sendo considerado pólo de desenvolvimento. Destaca-se como o município com maior presença de perímetros irrigados do TVC, onde se concentra o maior volume de investimentos e a melhor infra-estrutura urbana (GERMANI; OLALDE; OLIVEIRA, 2006). Assim como Bom Jesus da Lapa, Barra e Ibotirama também figuram entre os municípios com o PIB mais expressivo da região.

Tabela 2 – Evolução do Valor Adicionado e do PIB a Preços Correntes, TVC, Bahia 2002 - 2006

Municípios	Agropecuária (R\$ milhões)		Setores Indústria (R\$ milhões)		Serviços (R\$ milhões)		Impostos sobre produtos (R\$ milhões)		PIB (R\$ milhões)		Taxa de Cresci- mento (%) 2002/2006
	2002	2006	2002	2006	2002	2006	2002	2006	2002	2006	
Barra	7,07	10,01	5,97	10,63	47,64	77,33	1,98	3,99	62,66	101,96	62,72
Bom Jesus da Lapa	54,58	47,74	15,01	24,08	103,82	157,30	12,27	20,48	185,68	249,60	34,42
Brotas de Macaúbas	4,30	3,63	1,54	3,16	12,61	20,05	0,64	1,17	19,09	28,00	46,67
Carinhanha	6,96	8,17	4,50	7,75	27,47	46,45	1,31	2,70	40,24	65,08	61,73
Feira da Mata	8,91	8,73	0,76	1,49	6,79	12,11	0,44	0,81	16,90	23,13	36,86
Ibotirama	4,36	7,17	4,39	9,39	34,73	67,63	3,28	8,71	46,76	92,90	98,67
Igaporã	5,60	5,06	2,01	3,83	14,79	24,08	0,77	1,36	23,17	34,33	48,16
Malhada	11,36	10,55	2,17	4,28	15,48	26,60	0,77	2,06	29,78	43,49	46,04
Matina	6,50	3,07	1,17	2,38	9,43	16,19	0,33	0,70	17,43	22,34	28,17
Morpará	1,97	3,27	1,11	2,15	8,87	14,63	0,37	0,87	12,32	20,91	69,72
Muquém do S. Francisco	7,69	13,04	1,28	2,66	9,22	21,18	0,51	2,58	18,69	39,46	111,13
Oliveira dos Brejinhos	6,49	5,44	3,57	7,13	27,12	40,53	2,54	3,60	39,72	56,70	42,75
Paratinga	22,04	11,65	3,33	6,63	27,55	47,29	1,27	2,31	54,20	67,88	25,24
Riacho de Santana	63,19	26,56	3,76	8,23	36,15	51,76	2,39	3,33	105,49	89,88	-14,80
Serra do Ramalho	41,41	24,56	4,18	7,70	34,91	54,13	2,15	2,47	82,65	88,86	7,51
Sítio do Mato	32,39	15,06	1,67	3,38	14,19	22,90	0,79	1,04	49,04	42,41	-13,52
TVC	284,82	142,33	56,42	104,87	430,77	700,16	31,81	58,18	803,82	1.066,93	32,73
Bahia	5.542,90	6.725,96	15.175,74	25.322,60	31.962,72	50.726,98	7.990,48	14.017,54	60.671,84	96.558,93	59,15

Elaboração própria, baseado em dados da SEI/IBGE, [200-?].

O PIB *per capita* é o indicador utilizado para mensurar a renda. A renda *per capita* é o resultado da soma de tudo que é produzido em uma nação no ano por pessoa. Para conceber a renda *per capita* de um país ou região divide-se o PIB pelo número de habitantes e o resultado é a renda *per capita*. Esta corresponde ao valor das riquezas que caberia a cada pessoa, ou seja, à renda média da população. No entanto, mesmo a renda *per capita* sendo elevada, muitas vezes não confirma ou não reflete a realidade, pois de forma geral a renda é mal distribuída.

Em 2002, o município de Sítio do Mato apresentou a maior renda *per capita* do Velho Chico, R\$3.888,62, e em relação a esse mesmo ano apresentou uma taxa de incidência de pobreza de 43%. O mesmo ocorreu com Bom Jesus da Lapa, segundo colocado no *ranking*, com uma renda *per capita* de R\$3.317,31 e uma taxa de 44%. Carinhanha, no ano em questão, teve a maior taxa de incidência de pobreza, 55%, mesmo não possuindo o menor PIB *per capita*, conforme Quadro 2. Os dados indicam que o valor estimado da renda *per capita* não garante que haja condições de vida igualitária para a população, já que é evidenciada a presença de taxas significativas de pobreza nos municípios. No entanto, é um indicador importante para a análise.

Municípios	PIB per capita (R\$ 1,00)					Incidência de Pobreza (%)
	2002	2003	2004	2005	2006	2002
Barra	1.378,94	1.510,05	1.647,05	1.881,58	2.149,14	53,22
Bom Jesus da Lapa	3.317,31	3.509,21	3.652,58	3.710,41	4.268,12	44,30
Brejolândia	2.585,25	2.601,32	2.961,73	3.066,99	3.395,34	46,17
Brotas de Macaúbas	1.596,04	1.754,02	1.896,04	2.125,97	2.452,38	28,39
Carinhanha	1.449,92	1.605,50	1.727,23	2.063,50	2.281,17	55,05
Feira da Mata	2.723,56	2.947,46	5.254,59	3.633,45	3.758,60	50,97
Igaporã	1.576,89	1.758,84	1.843,55	2.141,90	2.301,11	40,32
Malhada	1.893,57	2.037,41	3.385,05	2.977,26	2.733,37	50,36
Matina	1.640,59	1.696,74	1.718,00	1.881,21	1.987,73	48,65
Morpará	1.379,20	1.496,58	1.550,24	1.892,43	2.208,13	47,70
Muquém do S. Francisco	2.015,14	2.973,99	3.385,54	4.547,90	4.093,71	55,49
Oliveira dos Brejinhos	1.819,82	1.932,70	1.997,88	2.346,87	2.567,38	35,16
Paratinga	1.890,66	2.058,36	1.926,00	2.100,02	2.243,75	35,79
Riacho de Santana	3.633,41	3.118,67	3.437,88	3.276,93	3.030,06	41,03
Serra do Ramalho	2.547,82	3.221,58	2.789,99	2.877,27	2.761,02	35,79
Sítio do Mato	3.888,62	3.142,58	3.101,90	3.110,26	3.029,26	42,93
TVC	2.166,77	2.329,00	2.626,86	2.741,66	2.850,73	44,46
Bahia	4.524,67	5.031,40	5.780,06	6.581,04	6.921,71	43,47

Quadro 2 – Evolução do PIB Municipal per capita, TVC, Bahia 2002 - 2006
Elaboração própria, baseado em dados do IBGE/SEI, [200-?].

A renda *per capita* é muito baixa em todos os municípios que integram a região e inferior à média baiana. Em 2002, foi quando houve uma maior aproximação entre a renda *per capita* do TVC com a Bahia. Todavia, de 2003 a 2006, a diferença foi aumentando chegando a alcançar R\$4.064,05, em 2006. A renda per capita da Bahia foi crescendo, enquanto a do TVC, não conseguiu ultrapassar a casa dos R\$2.000,00.

O uso de indicadores pode dar uma dimensão de como a população vive. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um instrumento importante para monitorar tendências de longo prazo no desenvolvimento humano (PNUD, 2006). De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), uma das finalidades do IDH é oferecer um contraponto ao Produto Interno Bruto (PIB), outro indicador muito utilizado que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Além de computar o PIB *per capita*, que é utilizado para mensurar a renda, o IDH também leva em conta a longevidade e a educação. O IDH varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total). Quanto mais próximo de um, mais desenvolvido é o país, cidade, estado ou região. Abaixo de 0,5 o IDH é classificado como baixo; de 0,5 a 0,8, classificado como médio e maior que 0,8, classificado alto.

Na Tabela 3 observa-se que oito dos dezesseis municípios do TVC, em 1991, possuíam IDHM baixo, de acordo com o PNUD. No ano 2000, constata-se uma relativa melhora nos índices e uma maior aproximação do IDH Municipal do TVC com o Estado da Bahia. Ibotirama apresentou o maior IDHM do TVC, quase 0,70, classificado como médio desenvolvimento.

Tabela 3 – Índices de Desenvolvimento Humano, TVC, Bahia, 1991-2000.

Municípios	IDH- Municipal, 1991	IDH- Municipal, 2000	IDHM- Renda, 1991	IDHM- Renda, 2000	IDHM- Longevidade, 1991	IDHM- Longevidade, 2000	IDHM- Educação, 1991	IDHM- Educação, 2000
Bahia	0,590	0,688	0,572	0,620	0,582	0,659	0,615	0,785
Velho Chico	0,507	0,623	0,426	0,484	0,577	0,655	0,535	0,730
Barra	0,485	0,586	0,406	0,446	0,600	0,650	0,450	0,663
Bom Jesus da Lapa	0,554	0,654	0,510	0,579	0,568	0,611	0,584	0,773
Brotas de Macaúbas	0,542	0,628	0,429	0,467	0,576	0,649	0,622	0,769
Carinhanha	0,487	0,607	0,421	0,469	0,556	0,650	0,484	0,701
Feira da Mata	0,537	0,634	0,510	0,497	0,568	0,650	0,533	0,754
Ibotirama	0,575	0,697	0,490	0,599	0,626	0,704	0,610	0,789
Igaporã	0,540	0,655	0,450	0,541	0,631	0,704	0,538	0,721
Malhada	0,438	0,575	0,390	0,457	0,473	0,579	0,452	0,688
Matina	0,476	0,592	0,384	0,419	0,631	0,690	0,413	0,668
Morpará	0,518	0,640	0,434	0,504	0,613	0,704	0,508	0,713
Muquém do S. Francisco	0,466	0,603	0,389	0,491	0,561	0,617	0,447	0,701
Oliveira dos Brejinhos	0,534	0,647	0,401	0,477	0,614	0,690	0,588	0,775
Paratinga	0,483	0,617	0,386	0,423	0,556	0,657	0,506	0,770
Riacho de Santana	0,511	0,632	0,430	0,483	0,603	0,690	0,500	0,723
Serra do Ramalho	0,471	0,598	0,378	0,458	0,506	0,598	0,528	0,738
Sítio do Mato	0,491	0,600	0,417	0,432	0,556	0,640	0,501	0,729

Elaboração própria, baseado em PNUD, 2000.

O TVC apresenta índices muito baixos de desenvolvimento, principalmente no que se refere ao subíndice renda. Em 1991, Serra do Ramalho apresentou o menor IDH-Renda, 0,378. Esse subíndice sofre uma elevação em 2000, todavia, 75% dos municípios do TVC ainda apresentam baixo desenvolvimento neste subíndice.

O subíndice que mais se aproxima do Estado é o referente à longevidade. A Bahia apresentou um subíndice de 0,582 que passou para 0,659, de 1991 a 2000. Enquanto que no TVC passou de 0,577 para 0,655, para este mesmo período. Ibotirama, Igaporã e Morpará figuram no topo do *ranking* com os mesmos e mais elevados subíndices de longevidade, 0,704. De forma geral, todos os municípios apresentaram elevação neste subíndice.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Educação nos períodos de análise foi aquele que apresentou as maiores melhorias, passando de 0,535, em 1991, para 0,730. Dentre os municípios que apresentaram as maiores variações, de 1991 para 2000, destacam-se: Paratinga, Matina e Muquém do São Francisco, com deltas de 0,264, 0,255 e 0,254, respectivamente.

3.3 CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

3.3.1 Produção Agrícola

Dentre os principais cultivos, no TVC, destacam-se os temporários com área de 83.010 hectares colhidos em 2007 e um valor da produção de R\$73.417 milhões. Os cultivos de ciclo curto são orientados, predominantemente, para o consumo local e para atender às necessidades alimentares da população.

A mandioca se sobressai das demais culturas do Território, conforme o Quadro 3. Apesar de pouco valorizada, sua adaptação ao tipo de solo e clima da região torna-se atrativa para a produção, podendo ser comercializada *in natura*, na forma de farinha, beiju e outros derivados. O município de Riacho de Santana destaca-se como o maior produtor do Território.

Principais culturas	Área plantada (ha)		Área Colhida (ha)		Quantidade Produzida (t)		Valor da produção (Mil reais)	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Algodão Herbáceo (em caroço)	9.375	7.955	9.375	7.955	19.376	18.065	19.078	20.366
Arroz	20	40	20	40	15	32	6	14
Batata-doce	16	60	16	60	288	340	75	86
Cana-de-açúcar	3.095	2.695	3.040	2.410	123.895	107.300	13.663	11.870
Cebola	2	2	2	2	24	36	15	41
Feijão	15.860	16.910	15.860	16.910	3.710	6.703	5.584	14.128
Fumo	23	12	23	12	18	5	7	2
Mamona	2.184	1.884	2.184	1.884	1.480	1.143	706	518
Mandioca	18.276	14.333	17.947	13.782	143.185	119.482	13.089	14.185
Melancia	419	219	419	219	3.251	1.523	2.069	393
Milho	24.228	30.268	24.228	30.268	7.353	14.881	2.613	5.688
Soja	2600	1000	2.600	1.000	7.800	3.000	2.613	1.950
Sorgo granífero (em grãos)	7.290	8.450	7.290	8.450	4.160	11.971	1.191	3.580
Tomate	21	18	21	18	588	476	565	596

Quadro 3 – Lavoura Temporária, TVC, 2007.

Elaboração própria, baseado em dados do IBGE, PAM, 2007.

As variedades de cana-de-açúcar são bastante adaptadas, mesmo o TVC sendo caracterizado pela predominância de solos pobres em nutrientes e de alta luminosidade. A vocação regional para o cultivo dessa cultura remonta ao processo histórico de ocupação. Mesmo sendo a segunda cultura produzida em maior quantidade, 107.300 toneladas, conta com 16% do valor da produção das culturas temporárias. Observa-se o algodão herbáceo como sendo a atividade agrícola que tem maior renda no território, R\$20.366 milhões. Serra do Ramalho destaca-se como o maior produtor desta cultura no TVC.

As áreas plantadas com as culturas tradicionais milho e feijão se sobressaem dentre as demais juntamente com a mandioca e o sorgo granífero. A produção de cebola é aquela que possui a menor área plantada, 2 hectares. Identifica-se a existência de uma pequena parcela dedicada à produção de mamona que, todavia, vem sendo uma alternativa de renda viável devido à política governamental de promoção do biodiesel. O fumo apresenta a menor quantidade produzida, apenas 5 toneladas. De 2006 para 2007, a produção de arroz dobrou, saindo de 20 para 40 toneladas produzidas.

Dentre as culturas que apresentaram queda no valor da produção, destaca-se a melancia com uma redução de 81%. Em termos de valores, a mandioca, a cana-de-açúcar, o feijão e o milho são aquelas culturas temporárias que vêm contribuindo com maior percentual da renda dos agricultores. Tais culturas são freqüentemente tratadas como culturas de sobrevivência, visto que fazem parte da base alimentar.

O rendimento total de todas as culturas permanentes, R\$95.153 milhões, é superior ao total de rendimento das culturas temporárias, que perfazem um total de R\$73.417 milhões. As culturas permanentes apresentam maior valor da produção, no entanto, têm menor área plantada, quando comparada às temporárias.

Observa-se por meio do Quadro 4 que, dentre as culturas permanentes, a banana – principal produto dos projetos de irrigação Formoso A e H do TVC – é aquela de maior relevância tanto em relação à área plantada, quanto à quantidade e valor da produção, R\$87.534 milhões, cerca de 92% do valor total das culturas permanentes do TVC. No entanto, mesmo tendo esse destaque, entre as lavouras permanentes, a produção de banana ainda apresenta baixa agregação de valor. De 2006 para 2007, a castanha de caju tem um aumento da área plantada o que leva a uma elevação da produção, de 8 para 24 toneladas produzidas.

Principais culturas	Área plantada (ha)		Área Colhida (ha)		Quantidade Produzida (t)**		Valor da produção (Mil reais)	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Banana	4.489	5.128	4.489	5.128	109.126	150.499	54.245	87.534
Café	6	5	6	5	4	5	11	14
Castanha de caju	35	125	8	77	8	24	7	18
Coco-da-baía	524	438	510	424	8.779	6.662	3.433	3.263
Goiaba	46	46	46	46	660	665	298	397
Laranja	87	90	87	90	819	837	213	276
Limão	-	15	-	15	-	105	-	19
Mamão	15	9	15	9	300	180	108	77
Manga	1.690	1.098	1.690	1.098	17.039	11.120	6.896	5.939
Maracujá	246	197	246	197	3.444	2.758	2480	2.273
Uva	25	25	25	25	510	515	106	1.282

Quadro 4 – Lavoura Permanente, TVC, 2007.

Elaboração própria, baseado em dados do IBGE, PAM, 2007.

*Exceto coco-da-baía em Mil frutos.

Dentre os cultivos permanentes predominam as frutas, especialmente nos perímetros irrigados do município de Bom Jesus da Lapa. O valor da produção das culturas permanentes em Bom Jesus da Lapa correspondeu a R\$93.601 milhões, em 2007, aproximadamente, 98% do valor total no TVC.

3.3.2 Produção Animal

Do efetivo animal analisado pode-se observar que a produção de bovinos é a mais expressiva em todo o TVC. O Território tem participação de, aproximadamente, 6% desse rebanho, com destaque para Serra do Ramalho como maior produtor, como pode ser observado na Tabela 4.

Comparando os anos de 2006 e 2007 observa-se que o efetivo de ovinos e aves – galos, frangas, frangos e pintos – foram aqueles que sofreram maiores reduções na quantidade de cabeças produzidas. Dentre os municípios produtores de eqüinos, efetivo com maior participação no Estado (6,2%), destaca-se, novamente, Serra do Ramalho como o maior produtor.

Tabela 4 – Principais efetivos, TVC, 2007.

Principais efetivos	Quantidade Produzida (cabeças)		% em Relação ao Estado	Maior Produtor do Território
	2006	2007		
Bovinos	640.827	666.608	5,85	Serra do Ramalho
Eqüinos	38.894	38.497	6,20	Serra do Ramalho
Asininos	16.699	17.120	5,54	Bom Jesus da Lapa
Muares	9.362	9.683	2,96	Bom Jesus da Lapa
Suínos	109.905	109.576	5,72	Bom Jesus da Lapa
Caprinos	85.063	89.625	2,81	Oliveira dos Brejinhos
Ovinos	80.212	65.832	2,13	Oliveira dos Brejinhos
Galos, frangas, frangos e pintos	472.951	457.032	2,35	Igaporã
Galinhas	395.021	393.065	4,06	Riacho de Santana
Vacas ordenhadas	89.770	91.813	5,20	Feira da Mata

Elaboração própria, baseado em IBGE, 2006 e 2007.

A produção de ovos de galinha, em 2007, foi de 1.804 dúzias, com uma participação de apenas 2,4% do total produzido no Estado, de acordo com a Tabela 5. A produção de mel no Território apresentou queda, entre os anos de 2006 e 2007, de

64.643 kg para 32.530kg. Ibotirama é o maior produtor de mel do Estado. A produção de leite de vaca é a que detém a maior participação no TVC, 5,44%, e o município de Feira da Mata é o seu maior produtor.

Tabela 5 – Produção animal, TVC, 2007.

Produção	Quantidade Produzida		% em Relação ao Estado	Maior Produtor do Território
	2006	2007		
Leite de vaca*	53.581	52.513	5,44	Feira da Mata
Ovos de galinha**	1.733	1.804	2,4	Igaporã
Mel de abelha***	64.643	32.530	1,48	Ibotirama

Elaboração própria, baseado em dados do IBGE, 2006/2007.

*Medido em mil litros; ** Medido em mil dúzias;*** Medido em kg.

4 PODER POLÍTICO E PROPRIEDADE DA TERRA NO VELHO CHICO

4.1 CARACTERIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Para compreender a estrutura fundiária de uma área, região ou país deve-se buscar entender a forma como as suas propriedades rurais estão organizadas, isto é, seu número, tamanho e distribuição social. A desigualdade na distribuição da terra pode ser sem dúvida fator determinante para o desempenho dos dados vistos anteriormente.

A concentração da terra pode ser medida através do cálculo do Índice de Gini, que é um indicador que mede o grau de concentração de um bem, nesse caso a terra. Varia no intervalo de zero a um, significando que quanto mais próximo de um, maior é a desigualdade na distribuição, e, quanto mais próximo de zero, menor é a desigualdade. Os valores extremos, zero e um, indicam perfeita igualdade e máxima desigualdade, respectivamente. A classificação do grau de concentração adotada neste estudo é a de Lourival Câmara que considera intervalos de valores do Índice de Gini, como sendo, de 0 a 0,1, nula; 0,101 a 0,250, nula a fraca; 0,251 a 0,5, fraca a média; 0,501 a 0,700, média a forte; 0,701 a 0,9, forte a muito forte; e, 0,901 a 1, muito forte a absoluta.

Os valores do Índice de Gini do Velho Chico são oriundos de fontes secundárias, dentre elas o Projeto GeografAR. Vale ressaltar que estes dados são oferecidos a partir da data de criação dos municípios e somente a partir de 1970 passam a ter maior confiabilidade, quanto aos instrumentos e metodologia de coleta.

Neste contexto, observa-se, no Quadro 5 que, de uma forma geral o histórico dos municípios é de concentração. De acordo com os dados de 1996⁹, dos dezesseis municípios do TVC, nove apresentam um grau de concentração de “forte a muito forte”, com destaque para os municípios de Barra, Sítio do Mato e Malhada, com 0,959; 0,928 e 0,910, respectivamente. Estes municípios situam-se nas margens do rio São Francisco, área bastante disputada e valorizada pela disponibilidade de água.

⁹ O cálculo do índice de Gini é feito com os dados da estrutura fundiária. Nos anexos, deste estudo, encontram-se os dados da estrutura fundiária dos municípios do TVC, do ano de 1996.

Municípios	Índice de Gini								
	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1996
Barra	0,962	0,834	0,944	0,928	0,918	0,934	0,954	0,955	0,959
Bom Jesus da Lapa	0,982	0,644	0,936	0,594	0,846	0,904	0,812	0,841	0,875
Brotas de Macaúbas	0,896	0,387	0,615	0,549	0,530	0,659	0,645	0,664	0,591
Carinhanha	0,990	0,734	0,822	0,734	0,611	0,661	0,719	0,750	0,667
Feira da Mata									0,769
Ibotirama				0,862	0,876	0,860	0,860	0,866	0,837
Igaporã				0,551	0,599	0,608	0,638	0,643	0,702
Malhada					0,802	0,848	0,854	0,899	0,910
Matina									0,710
Morpará					0,665	0,739	0,765	0,719	0,854
Muquém do S. Francisco									0,885
Oliveira dos Brejinhos	0,977	0,621	0,783	0,686	0,671	0,755	0,810	0,792	0,745
Paratinga			0,783	0,611	0,623	0,793	0,767	0,748	0,651
Riacho de Santana	0,964	0,662	0,731	0,635	0,618	0,659	0,677	0,766	0,780
Serra do Ramalho									0,410
Sítio do Mato									0,928
TVC	0,962	0,647	0,802	0,683	0,705	0,765	0,773	0,786	0,767
BAHIA	0,897	0,602	0,689	0,668	0,690	0,705	0,738	0,755	0,738

Quadro 5 – Evolução Histórica do Índice de Gini, TVC, 1920-1996

Elaboração Projeto GeografAR com base em dados do IBGE (1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96)

No outro extremo tem-se Serra do Ramalho com um Índice de 0,410, considerado segundo a classificação utilizada como de “fraca a média”. É interessante notar que o município de Serra do Ramalho originou-se do assentamento das famílias atingidas com a construção da barragem de Sobradinho, a partir da criação do Projeto Especial de Colonização (PEC), implantado em 1975. Tendo sido emancipado e constituído como município apenas em 1989.

Por sua ocupação ter sido estabelecida em partes iguais para cada família – o que deveria corresponder a uma distribuição equitativa e uma classificação do Índice de Gini de “nula a fraca” – o que se observa é que seus dez anos de emancipação já apontam para uma tendência de concentração da propriedade da terra (GERMANI; OLALDE; OLIVEIRA, 2006). Contudo, outros municípios tão jovens quanto Serra do Ramalho, mas com origens distintas, têm apresentado grau de concentração ainda

mais elevado como: Feira da Mata (0,769), Matina (0,710), Muquém do São Francisco (0,885) e Sítio do Mato (0,928).

No TVC verifica-se que, aproximadamente, 56% dos municípios possuem um grau de concentração de “forte a muito forte”, conforme a Tabela 6. Na categoria de “muito forte a absoluta” o TVC (18,75%) também é superior ao Estado (3,61%) reforçando a idéia de que a terra está especialmente concentrada na região de estudo.

Tabela 6 – Classificação do Índice de Gini*, TVC, 1996.

Classes	Categorias	Nº de municípios Médio São Francisco	%
0,000 a 0,100	Nula	0	0
0,101 a 0,250	Nula a Fraca	0	0
0,251 a 0,500	Fraca a Média	1	6,25
0,501 a 0,700	Média a Forte	3	18,75
0,701 a 0,900	Forte a Muito Forte	9	56,25
0,901 a 1,000	Muito Forte a Absoluta	3	18,75
Total		16	100

Fonte: Projeto GeografAR, 2006 (adaptado).

*Conforme a classificação de Lourival Câmara.

Observa-se por meio da Tabela 7 que, no TVC, os estabelecimentos familiares são em número bastante superior (89,15%) quando comparado ao patronal e a outros tipos. Em relação à área verifica-se que as propriedades patronais ocupam 61,79%, enquanto que as familiares ocupam 36,46%. Em termos de valor bruto da produção as propriedades familiares contribuem com 51,68%, participação superior a observada para o Estado que é de 39,88%. Por fim, quanto ao número de pessoal ocupado tem-se que a agricultura familiar emprega 87,21% do pessoal ocupado, enquanto que a agricultura patronal emprega somente 8,16%.

Tabela 7 – Número de estabelecimentos, área total, valor bruto da produção e pessoal ocupado, Categorias familiares e patronais, TVC, 1995-1996.

Categorias	Estabelecimentos		Área total		Valor Bruto da Produção		Pessoal ocupado	
	Nº	%	Hectares	%	1000 Reais	%	Nº	%
Familiar	29.822	89,15	874.867	36,46	33.286,00	51,68	97.410	87,21
Patronal	1.689	5,05	1.482.551	61,79	29.097,00	45,17	9.111	8,16
Outros*	1.939	5,80	41.957	1,75	2.028,00	3,15	5.178	4,63
Total	33.450	100,00	2.399.375	100,00	64.411,00	100,00	111.699	100,00

Elaboração própria com base em dados do IBGE, 1995/1996.

*A categoria Outros se refere a instituições religiosas, entidades públicas e aos não identificados.

A análise dos dados revela a importância da agricultura familiar no TVC, tanto pelo grande número de estabelecimentos quanto pela participação bastante elevada no valor da produção, visto o tamanho da área reservada a ela. Com isso, pode-se inferir que a produção patronal no TVC comporta-se como extensiva, tendo a terra servindo muitas vezes somente como reserva de valor, gerando pouco emprego e renda.

4.2 FORMAS DE ACESSO A TERRA

O rio São Francisco é de grande importância para as atividades realizadas no Território do Velho Chico. O modo de vida da população desenvolveu-se, ao longo do tempo, vinculado à utilização do rio. Com a escassez de água a população tendeu a concentrar-se nas margens do rio.

O patrão, proprietário de terras, mantinha os trabalhadores em sua propriedade como agregados. Estes trabalhavam nos domínios do proprietário, recebiam uma pequena parcela das terras para morar com sua família, onde podiam plantar e criar animais para sua subsistência. Havia, ainda, os arrendamentos, onde o trabalhador cedia parte da produção para o dono das terras.

A partir do exposto observa-se o quão limitado era o acesso a terra no TVC. De um lado têm-se os detentores da terra e do outro os trabalhadores rurais desprovidos de bens dependentes do trabalho oferecido pelos proprietários. Logo, tentativas de desenvolvimento no TVC devem passar pela ampliação do acesso a terra para a população mais pobre (GERMANI; OLALDE; OLIVEIRA, 2006).

De acordo com Germani, Olalde e Oliveira (2006, p. 89) a conformação das formas de acesso a terra deu-se quando,

[...] anterior à Reforma Agrária, chegou o projeto de colonização – o PEC Serra do Ramalho – e os projetos de irrigação da CODEVASF. Paralelo a isso veio o sistema de crédito rural e de incentivos fiscais, em especial da SUDENE, que destinaram enormes dotações de recursos subsidiados, dirigidos aos grandes proprietários rurais ou

transformando em grandes proprietários empresários de fora da região. Foram ações que marcaram um novo momento – historicamente um divisor de águas - no modo de vida do Vale do São Francisco e no aproveitamento das águas do rio. Com a introdução de novas técnicas de acesso à água, através da irrigação, redefiniram-se as atividades produtivas e, como consequência as relações de produção e a estrutura do poder local.

Isto tudo contribuiu para uma crescente valorização das terras do TVC, em especial as próximas aos rios. O que antes eram terras cujos proprietários permitiam a permanência de moradores agregados e de suas famílias, que tinham sua roça e cuidavam do gado, passam a ser vistas como novas possibilidades de investimentos, em grande parte subsidiados pelo Estado. Investimentos estes que não comportavam mais o antigo morador, o ribeirinho ou o vaqueiro. As terras valorizadas passam a ser objeto de cobiça e conflito. É neste contexto que a luta pela terra na região encontra na Reforma Agrária uma possibilidade de garantia, não só o acesso à terra dos que não a possuem, mas também a permanência dos que estão na terra a título precário.

Nesse processo de resistência ganham visibilidades as comunidades tradicionais – em especial as comunidades de fundo, comunidades negras rurais quilombolas, ribeirinhos – e as populações assentadas através dos diversos programas de acesso à terra implantados pelo Estado – colonização, irrigação, reforma agrária e cédula da terra/crédito fundiário.

O TVC possui um mosaico de formas de acesso a terra. Dentre as identificadas, encontram-se os assentamentos derivados da ação do Estado: Projeto de Colonização, Projetos de Reforma Agrária, Programas Cédula da Terra e Crédito Fundiário; as comunidades tradicionais: Quilombolas e Fundo de Pasto; além dos Acampamentos e das Comunidades Indígenas.

O Projeto Especial de Colonização (PEC) de Serra do Ramalho foi implantado, em 1975, para abrigar a população atingida pela construção da usina hidrelétrica de Sobradinho, tendo sido emancipado e constituído como município em 1989. “Os Projetos de Assentamentos (PA’s) que sucederam ao PEC Serra do Ramalho foram realizados sob a égide do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em 1986” (GERMANI; OLALDE; OLIVEIRA, 2006, p. 112). Os primeiros assentamentos de Reforma agrária do TVC foram implantados no município de Barra, em 1988. Hoje, o TVC conta com 51 PA de Reforma Agrária, conforme o Quadro 6.

Municípios	Comunidades Quilombolas	PA Reforma Agrária	Acampamentos	Fundo de Pasto	Projeto Cédula da Terra	Projeto Crédito Fundiário	Indígenas
Barra	7	9	1		1	3	
Bom Jesus da Lapa	15	9	3		1		
Brotas de Macaúbas				2			
Carinhanha	10	4	3				
Feira da Mata			4				
Ibotirama		1	5		2	1	1
Igaporã	9						
Malhada	4	3	2				
Matina					1		
Morpará		1			2		
Muquém do S. Francisco	1	3	4		1		1
Oliveira dos Brejinhos		1		13		2	
Paratinga		4	1				
Riacho de Santana	11	1			1	1	
Serra do Ramalho		3					1
Sítio do Mato	4	12	4				
TOTAL	61	51	27	15	9	7	3

Quadro 6 – Formas de acesso a terra identificadas, TVC, 2005

Fonte: Projeto GeografAR, 2005 (adaptado).

Estes assentamentos estão presentes em quase todos os municípios do TVC, com destaque para Sítio do Mato com 12 PA Reforma Agrária. É importante ressaltar que este município apresentou, no último Censo, de acordo com o Índice de Gini um grau de concentração de terras de 0,928, classificado como de muito forte a absoluta.

Outra forma de acesso a terra encontrada no TVC são os assentamentos do Programa de Crédito Fundiário (PCF), implantado com o apoio do Banco Mundial. Este programa é entendido como uma anti-reforma agrária, onde o acesso a terra não se dá pelo instrumento de desapropriação, mas de compra e venda da terra financiada pelo sistema bancário e intermediada pelo Estado (GERMANI; OLALDE; OLIVEIRA, 2006). Em todo o TVC existem nove áreas identificadas através desse Programa. Havia nove Projetos Cédula da Terra (PCT) – que vigorou de 1997 a 2002 –, tendo sua primeira fase concluída. Este Programa teve continuidade através do Projeto Crédito Fundiário (PCF), que no TVC eram em número de sete, iniciado

em 2002. Inicialmente este programa, que supostamente iria complementar a reforma agrária acabou adquirindo terras onde caberia o instrumento de Reforma Agrária. De acordo com Germani, Olalde e Oliveira (2006, p. 136)

[...] além dos entraves que este programa tem enfrentado, soma-se, no TVC, a dificuldade de comprovação da origem da cadeia dominial de propriedade, já que grande parte das terras do território é constituída de terras devolutas e carecem de legalização, não podendo, portanto, serem comercializadas através do Programa cédula da Terra/Programa Crédito fundiário.

Além dos assentamentos derivados da ação do Estado, encontram-se os oriundos do processo histórico de ocupação da área e da organização, como por exemplo, as comunidades negras rurais quilombolas, de fundo de pasto.

Garcez (1987) *apud* Germani, Olalde e Oliveira (2006, p. 137) analisa o fundo de Pasto como,

[...] um costume mais que secular desenvolvido pelo homem do sertão, que lhe vem assegurando a sobrevivência como grupo, com suas práticas agrícolas e seus valores culturais próprios. [...] As comunidades “pasteiras” configuram um modelo singular de posse e uso da terra, cuja expressão social vai além da sua validade como força produtiva. Integradas por pequenos produtores ocupados no pastoreio coletivo do gado caprino [...] elas asseguram a integração do homem com a terra [...]

A denominação “Fundo de Pasto” passou a existir quando o Governo da Bahia, a partir de 1983, reconhece juridicamente essa forma de organização social. “Os Fundos de Pasto estão localizados em sua totalidade nas regiões onde prevalece o clima semi-árido, convivendo com a caatinga e a escassez de água” (GERMANI; OLALDE; OLIVEIRA, 2006, p. 138). Apenas dois municípios do TVC possuem comunidades identificadas como Fundo de Pasto: Brotas de Macaúbas (2) e Oliveira dos Brejinhos (13). No Fundo de Pasto cada unidade familiar possui uma unidade produtiva, que, normalmente não é cercada, permitindo a circulação dos animais entre uma propriedade e outra.

As Comunidades Negras Rurais Quilombolas presentes no TVC estão vinculadas à lógica de resistência secular desenvolvida pelas comunidades tradicionais marginalizadas pela sociedade brasileira. A presença de negros na região é tida como originária de escravos – que fugiam para o interior, subtraindo-se a sua condição de mão-de-obra forçada – oriundos dos quilombos espalhados pelos sertões nordestinos (GERMANI; OLALDE; OLIVEIRA, 2006).

No TVC, até o momento, cerca de 61 Comunidades Negras Rurais quilombolas foram identificadas. Todavia, a expectativa é de que existam mais comunidades ainda não identificadas.

Outra forma de acesso a terra, “os acampamentos de trabalhadores rurais sem terra são considerados expressões da luta pela terra, da materialização dessa luta no espaço no território” (GERMANI; OLALDE; OLIVEIRA, 2006, p. 123). Esses trabalhadores, muitas vezes em movimentos sociais, ao ocupar uma fazenda ou terras devolutas são expressões da sociedade civil pressionando o Estado para a efetivação de suas demandas (GERMANI; OLALDE; OLIVEIRA, 2006). Não obstante as dificuldades de registros precisos foram identificados 27 acampamentos no TVC.

As comunidades Indígenas, identificadas no TVC, localizam-se em três municípios: Ibotirama, Muquém do São Francisco e Serra do Ramalho. Em Ibotirama encontra-se o povo Tuxá, em Muquém do São Francisco os Pankaru e os Kiriri, e em Serra do Ramalho os Pankaru.

A diversidade de formas de acesso a terra identificadas no TVC demonstra a riqueza de que dispõe o território devido a sua conformação. O que, por sua vez, mostra a sua singularidade e, por outro lado, o processo complexo que envolve o acesso a terra no território.

4.3 PODER POLÍTICO E PROPRIEDADE DA TERRA

4.3.1 Poder político

4.3.1.1 Coronelismo e os mecanismos poder

Para conhecer a vida política do interior nordestino se faz necessário entender o fenômeno do coronelismo. Não é um fenômeno simples, dessa forma a abordagem realizada, neste estudo, não pretende esgotá-lo, mas sim contribuir para um aprofundamento no entendimento desse sistema tão peculiar.

O fenômeno do coronelismo é nacional e sua origem está ligada aos primórdios da história. O termo coronel advém da Guarda Nacional que foi criada em 1831. Inspirada na instituição francesa, a Guarda era a milícia civil que representava o poder armado dos proprietários que passaram a patrulhar as ruas e estradas em substituição às forças tradicionais. Para integrar a guarda era preciso ser alguém de posses que tivesse recursos para assumir custos com uniformes e armas. A Guarda Nacional, de acordo com Souza (1998, p.23), “espalhou pelo Brasil afora títulos militares que satisfaziam aos que os possuíam, sendo o posto de coronel o mais alto escalão da corporação”. Como as patentes eram compradas, os mais abastados adquiriam os postos mais elevados. Com o passar do tempo o termo coronel veio a designar aquele que mandava, tendo título ou não. Após a proclamação da República a guarda foi extinta, porém persistiu a denominação de coronel, de onde originou o termo coronelismo.

Leal (1976, p.20) define o coronelismo como uma “forma peculiar de manifestação do poder privado”, um sistema político da Primeira República dominado por uma relação de compromisso entre os senhores donos de terras em decadência e o poder público fortalecido. A partir desse compromisso, de acordo com o autor, resultam as características secundárias do sistema coronelista, o mandonismo, o filhotismo, o falseamento do voto e a desorganização. O coronelismo começou a declinar, a partir de 1930, com o aperfeiçoamento do processo eleitoral, com a produção industrial e a crise do café, com o aumento da população e do eleitorado urbano, com a expansão dos meios de comunicação e transportes (LEAL, 1976).

Tanto Leal (1976) como Souza (1998) consideram a propriedade da terra um dos fatores determinantes do coronelismo. Para Souza (1998, p. 24):

[...] não se pode desvincular o coronelismo da posse da terra, do mesmo modo que não pode enxergar o coronel sem os cabras, sem os jagunços, sem as relações que se denominam largamente de semi-feudais, sem o prestígio e o mando político, quer em sua área de influência ou exercendo liderança sobre os demais coronéis de uma região (1998, p.24).

E ainda complementa que “o possuir terras é a unção do título, do cargo, da autorização para exercê-lo” (SOUZA, 1998, p.29). Para o autor é correto atribuir o coronelismo à hegemonia social de dono de terras. Todavia, é preciso ter claro “essa hegemonia apenas em relação aos dependentes da sua propriedade, que constituem o seu maço de votos de cabresto” (LEAL, 1976, p.53).

É importante ressaltar que essa hegemonia não pode ser compreendida em relação a todo município, já que um município divide-se em distritos e “o distrito da sede – urbano – escapa à influência do coronel que não seja ao mesmo tempo chefe político municipal” (LEAL, 1976, p.53) e os distritos municipais se compõem de diversas fazendas.

Souza (1998, p.24) levanta outro aspecto a respeito da propriedade de terras evidenciando que o coronel não era apenas proprietário de terras, e os descreve: “o coronel é um senhor de homens que a seu mando estão empunhando armas. É o chefe político de uma cidade, grande comerciante, monopolizador”. Havia coronéis com outra posição social, tais como o coronel-comerciante e o coronel-industrial.

Outros fatores levam a compreender a liderança-local exercida pelos coronéis: os favores pessoais oferecidos à comunidade local, bem como as relações de compadrio e amizade. Leal (1976, p.38) cita, em nota de rodapé, uma lista que considera incompleta:

[...] arranjar emprego; emprestar dinheiro; avaliar títulos; obter crédito em casas comerciais; contratar advogado; influenciar jurados; estimular e ‘preparar’ testemunhas; providenciar médico ou hospitalização nas situações mais urgentes; ceder animais para viagens; conseguir passes na estrada de ferro; dar pousada e refeição; impedir que a polícia tome as armas de seus protegidos, ou lograr que as restitua; batizar filho ou apadrinhar casamento; redigir cartas, recibos e contratos, ou mandar que o filho, o caixeiro, o guarda-livros, o administrador ou o advogado o façam; receber correspondência; colaborar na (...) legalização de terras; compor desavenças; forçar

casamento em casos de descaminho de menores, enfim uma infinidade de préstimos de ordem pessoal, que dependem dele ou de seus serviçais, agregados, amigos ou chefes.

É nesse sentido que se manifesta o paternalismo. A respeito das relações de compadrio, Leal (1976, p.39) acrescenta que “para favorecer os amigos, o chefe local muitas vezes transita entre o legal e o ilícito, ou penetra em cheio no domínio da delinqüência”.

De acordo com Leal o filhotismo contribui para desorganizar a administração municipal, pois este convoca muitos agregados para funcionários. Outro fator da desorganização municipal é a utilização do dinheiro do município nas eleições. O mandonismo aparece como a outra face do filhotismo, que se manifesta na perseguição aos adversários.

A imensidão dos sertões isolava os povos. Para chegar ao interior “as providências do governo tinham de ceder às dificuldades do meio” (SOUZA, 1998, p.18). A ausência quase que absoluta da ação do poder público contribuiu muito para preservar a ascendência dos coronéis. Era o coronel quem exercia as mais variadas funções, sendo simultaneamente o detentor do poder político, jurídico e legislativo no município que lhe cabia. “Daí se pode dizer que o coronelismo prosperou à sombra da inoperância dos governos” (SOUZA, 1998, p.18).

Na região do rio São Francisco, o município de Barra, de acordo com Souza (1998, p.19), teve chefes pacatos:

[...] em Barra dominou por mais de um século a família Mariani, sem truculência, sem barulhos, sendo de se notar que os dominadores promoviam a alfabetização do povo, mandavam filhos para as academias, para o seminário.

Outro aspecto importante do coronelismo é o sistema de reciprocidade, onde de um lado havia o prestígio – próprio dos coronéis – e, de outro lado o prestígio de empréstimo que o poder público lhes conferia (LEAL, 1976). Devido à liderança exercida pelo coronel é que o governo se sentia obrigado a um tratamento de reciprocidade, sem esta não havia por que existir a relação. Perder o apoio do Estado era o pior mal que podia acontecer ao chefe político municipal.

Leal (1976, p.23) considera que a fonte do poder político de um coronel era medida, além da base econômica, pela força eleitoral. “A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras”.

O coronelismo, predominantemente no Nordeste, teve sua origem na propriedade da terra. Ao longo dos anos, enquanto fenômeno social, foi se transformando, recuando e cedendo espaço a novas lideranças – oriundas de profissões liberais, de indústrias ou comércios prósperos. O que não significa dizer que tenha acabado. O coronel pode ter passado a doutor, ou a fazenda se transformado em fábrica. Contudo, o fenômeno do coronelismo ainda persiste na figura das lideranças locais com capacidade de persuadir, conquistar ou convencer o eleitorado de que são bondosos, honestos, generosos e os mais preparados para assumir os destinos de determinadas localidades.

4.3.1.2 Partidos políticos

A análise da evolução dos partidos políticos teve como base os principais acontecimentos históricos e fatos políticos que marcaram a trajetória político-partidária brasileira. Esta análise foi feita a partir de 1930, momento em que ocorre a Revolução de 30 – movimento que traçava novas diretrizes políticas para a época – e o fim da Primeira República (1889-1930), Figura 2.

O período de 1930 a 1945, conhecido como Era Vargas, é marcado por inúmeros acontecimentos: a criação da Justiça Eleitoral (1932) que instituiu o voto secreto¹⁰ e o voto feminino, as mulheres passaram a votar e serem votadas.

O ano de 1937 foi um ano de tensões. Com o Golpe de 1937 tem-se um hiato na história partidária do país. Surge uma “nova ordem”, O Estado Novo. Outorgada a Constituição de 1937, que extinguiu a Justiça Eleitoral, houve a abolição dos partidos políticos existentes, a suspensão das eleições livres e o estabelecimento de eleições indiretas para presidente da República, com mandato de seis anos.

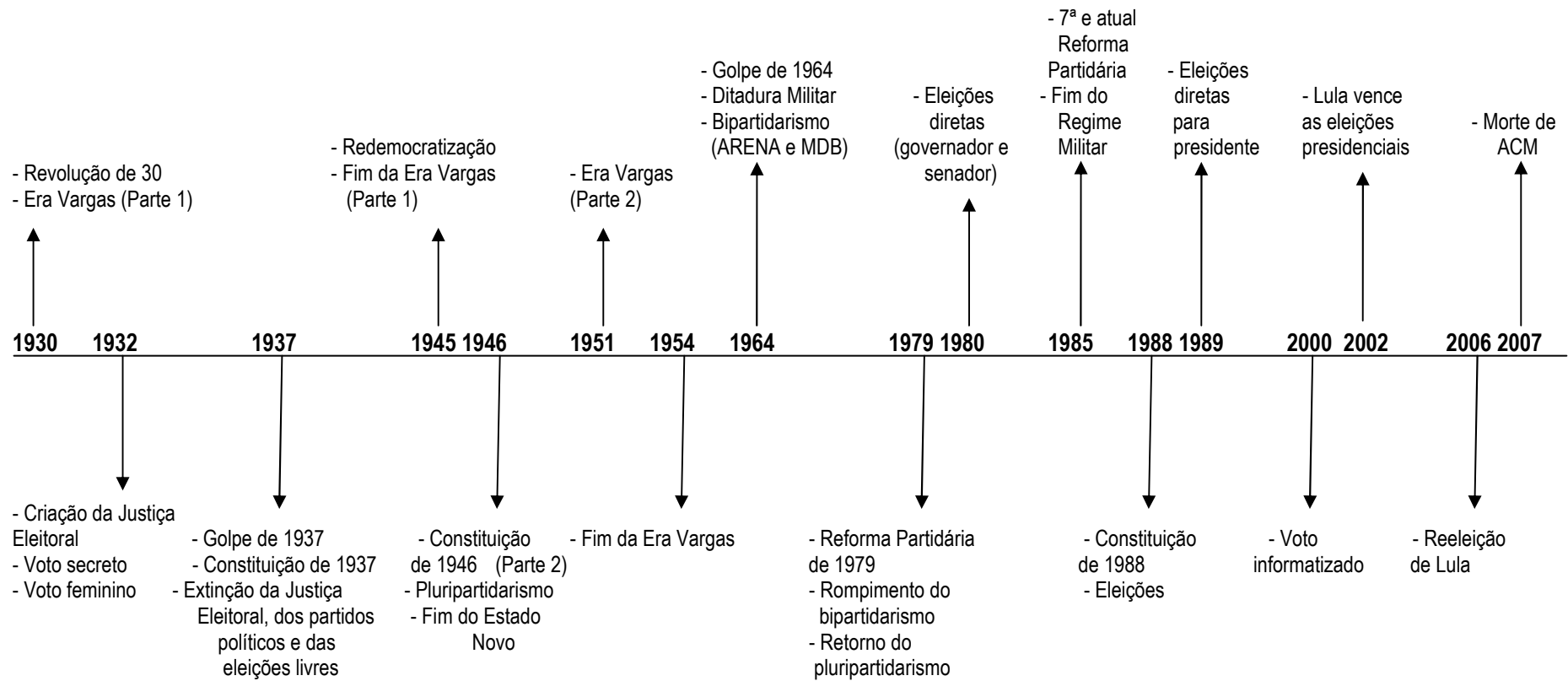
¹⁰ Antes da Revolução de 30 o voto de cabresto sustentava o regime político, conforme fora observado na seção anterior.

Passada a turbulência do Estado Novo, a derrubada de Vargas em 1945, dá-se início ao processo de reabertura política. O processo de reestabelecimento do sistema democrático no Brasil, a redemocratização, inicia-se no final do Estado Novo. Criada em 1945 a União Democrática Nacional (UDN) foi o primeiro partido político a surgir, representava a oposição liberal a Vargas. Nesse mesmo ano foi lançado o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Houve também a legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1946 é promulgada a Constituição de 1946. Com o surgimento de novos partidos torna-se claro o pluripartidarismo.

Marcado pelo autoritarismo, supressão dos direitos constitucionais, censura, prisão e perseguição política, em 1964, é instaurado o regime militar. Em 1965, é instaurado o bipartidarismo pelo Ato Institucional nº 2 (AI-2) que determinou a extinção do pluripartidarismo. Surgem, então, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) que dependia do regime militar e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que tinha permissão para fazer oposição ao regime militar.

O final da década de 1970 e o início dos anos 80 é marcado pelo rompimento do bipartidarismo, com a extinção da ARENA e do MDB e o retorno do pluripartidarismo.

Figura 2 – Fatos políticos que marcaram a história brasileira e baiana, 1930-2007



A ARENA é rebatizada de Partido Democrático Social (PDS), posteriormente o PDS torna-se o Partido Progressista Renovador (PPR), depois Partido Progressista Brasileiro (PPB), que atualmente chama-se Partido Progressista (PP). O MDB transforma-se em Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

A Reforma Partidária de 1979 abriu perspectivas para novos agrupamentos com maior diferenciação em termos de representação. Surgem partidos vinculados a trabalhadores e segmentos das camadas médias: Partido dos Trabalhadores (PT), em 1979; nesse mesmo ano surge o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Outros partidos, vinculados a empresários, a elites tradicionais e modernas, surgiram através de dissidências internas e externas nos partidos existentes, foram eles: Partido Social-Democrático Brasileiro (PSDB), em 1989; o Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM) fundado em 2007; e o Partido Liberal (PL), em 1985, atual Partido da República (PR), criado em 2006, a partir da fusão entre o PL e o Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA). Na figura abaixo pode-se observar a origem de alguns partidos:

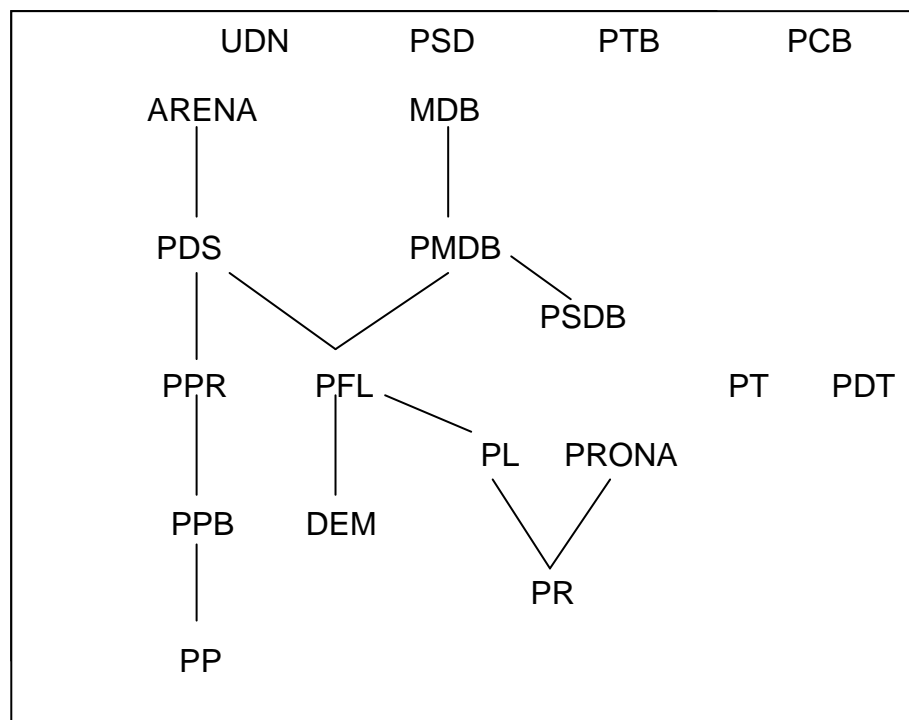


FIGURA 1 – Processo de formação de alguns partidos

Elaboração: Própria

Teixeira (1989) coloca que surgiram ainda outros partidos com caracterização ideológica: Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Socialista Brasileiro (PSB), entre outros. Organizados em torno de propostas específicas, tem-se: o Partido Verde (PV), o Partido Municipalista Comunitário (PMC), o Partido Social Cristão (PSC) e o Partido Democrático Cristão (PDC). Referir-se a todos os partidos registrados ou em processo seria exaustivo, logo se procurou mencionar aqueles mais presentes no cenário político brasileiro.

Em 1985, chega ao fim o regime militar. O analfabeto volta a ter direito ao voto¹¹. Em 1988 é promulgada a Constituição de 1988, a Constituição Cidadã. Em 1989 são realizadas eleições diretas para presidente, após muitos anos de eleições indiretas e da luta dos movimentos que culminou com as “Diretas Já”.

O início do século XXI tem acontecimentos marcantes na história política do país. Em 2002, após participar de várias eleições, Luis Inácio da Silva, o Lula, vence as eleições presidenciais. Primeira vitória do PT nas eleições para presidente. Em 2007, morre Antônio Carlos Magalhães, figura de notável destaque no cenário baiano, por sua influência na vida política do Estado.

Após reformas e dissidências partidárias, o Brasil conta hoje com 27 partidos políticos registrados: PCO, PCB, PC do B, PDT, DEM, PHS, PMN, PMDB, PP, PPS, PRTB, PSB, PSC, PSDB, PSDC, PSL, PSOL, PSTU, PT, PTB, PTN, PV, PT do B, PRP, PR e PTC.

4.3.1.3 Trajetória político-partidária nos municípios do TVC

Para tratar da trajetória político-partidária no TVC foi feito um levantamento de dados junto ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA) das primeiras eleições realizadas nos municípios até os dias atuais dos parlamentares eleitos. Como fruto

¹¹ Durante o Império, em 1824, os analfabetos que tivessem mais de 25 anos e que ganhassem mais de 100 mil réis, por ano, podiam votar. Já em 1846, para ter direito ao voto a renda exigida subiu para 200 mil réis por ano. Em 1882, novos eleitores analfabetos não podiam ser votados. Já na República, em 1889, acabou a exigência de renda, a idade mínima passa a ser 21 anos. Em 1891, os analfabetos perdem o direito ao voto. E, apenas em 1985 voltam a ter direito ao voto.

desse levantamento no Apêndice, deste estudo, encontra-se uma linha do tempo¹² com os prefeitos eleitos de cada município do TVC com todas as eleições regulamentadas de que dispõe o TRE-BA. Para fins de análise, são destacados apenas àqueles municípios com trajetória política mais peculiar.

A trajetória político-partidária dos municípios do TVC, assim como Brasil, é marcada por bruscas interrupções, sobretudo nos períodos ditatoriais, a partir da imposição de medidas coercitivas do governo. As primeiras eleições, no TV C, datam de 1947.

O município de Barra¹³ teve como primeiro prefeito um partidário da UDN, já na eleição seguinte o PSD e PTB realizam aliança e vencem a eleição. Na eleição de 1962 o PSD permanece no poder. Com a ditadura e o bipartidarismo, a ARENA se mantém no poder por quatro eleições consecutivas. Com o fim do bipartidarismo em 1982 o PDS vence a disputa eleitoral. Nas eleições de 1992 vence o PL, no entanto, nas eleições seguintes o PPB, oriundo da extinção do PPR, volta ao poder. Em 2000, ocorre uma colisão de partidos bastante heterogênea, que garante a vitória de Deonísio Ferreira de Assis e sua reeleição em 2004. Já na última eleição, 2008, o PP, antigo PPB, assume a prefeitura de Barra. De 1947 a 2008, mesmo com as sucessões partidárias, percebe-se que um mesmo grupo político se manteve no poder mudando apenas denominação partidária.

Bom Jesus da Lapa¹⁴ apresenta um cenário político mais heterogêneo. Destacam-se o PR, a ARENA e o PMDB que se mantêm no poder por mais tempo, como partidos dominantes ao longo da história político-partidária desse município.

Brotas de Macaúbas¹⁵ teve a trajetória política com maior presença da ARENA e alternância entre o PFL e o PL. No entanto, na última eleição ocorre uma mudança de cenário e um prefeiturável do PT vence a eleição. Um dos fatores influenciadores dessa mudança foi a morte do senador ACM, presença forte na política baiana.

¹² Na linha do tempo os prefeitos reeleitos são destacados por cores iguais. Não foi realizada análise com relação ao grau de parentesco de parlamentares eleitos.

¹³ No Apêndice A encontra-se a cronologia político-partidária dos prefeitos eleitos de Barra.

¹⁴ A cronologia político-partidária de Bom Jesus da Lapa encontra-se no Apêndice B.

¹⁵ Ver trajetória político-partidária no Apêndice C.

A partir de 1932, as mulheres passam a poder votar e serem votadas. No TVC, em toda a sua trajetória eleitoral, três mulheres foram eleitas. Igaporã¹⁶, em 1966, tem uma prefeita eleita. Nas últimas eleições, de 2004 e 2008, Carinhanha¹⁷ e Matina¹⁸ – município que tem uma história político-partidária marcada por três reeleições –, têm a reeleição de duas mulheres, Francisca Alves Ribeiro (PT) e Olga Gentil de Castro Cardoso (PC do B), respectivamente.

Depois da eleição e reeleição de Lula o PT fortalece-se em Feira da Mata, Morpará e Paratinga com a vitória de prefeituráveis do PT na última eleição. Os municípios restantes, conforme o APÊNDICE mantém trajetória partidária semelhante, alternando entre ARENA, PMDB, PSDB e PFL (atual DEM).

Observa-se que o processo eleitoral nos municípios do TVC traz em seu bojo alianças e coligações. Em alguns momentos, nota-se que partidos com ideologias distintas, pelo menos na sua conformação, se unem para dar apoio e garantir a vitória de seus candidatos. Há casos em que o PMDB alia-se ao PSDB, ao PT, ao PDT e ao PFL, mostrando que na política, muitas vezes, o que prevalece são os interesses político-partidários e os meios que podem levar ao poder.

Alguns partidos políticos foram, e/ou são, muito presentes na história eleitoral do TVC, lançavam novos ou os mesmos candidatos a cada eleição, venciam e se mantinham no poder. A eleição de Lula para presidente do Brasil, em 2002, começa a redesenhar o quadro político do país, não só nas capitais, mas também, nas cidades do interior.

Parlamentares do PT, fortalecidos pela vitória do presidente, entram em cena. E, é a partir das eleições de 2004 que os municípios do TVC começam a apresentar prefeitos eleitos diferentes dos partidos de costume, PSDB, PMDB, PL e PFL, marcantes no interior.

A morte do senador ACM, em 2007, também contribui para a mudança no cenário político baiano. A família Magalhães que exercia forte influência no interior passa a perdê-la com a morte de seu patriarca, não obstante, muitos ainda se mantêm na

¹⁶ Ver Apêndice G.

¹⁷ Ver Apêndice D.

¹⁸ A cronologia político-partidária de Matina encontra-se no Apêndice I.

política, mas não apresentam o mesmo prestígio, quando da época do senador. Todavia, com a morte de ACM, já começa a se perceber uma tendência para o preenchimento da “lacuna política” deixada pelo “homem forte baiano”, por Geddel Vieira Lima (PMDB) – deputado e atual ministro da Integração Nacional, mas com contornos estratégicos diferentes dos praticados pelo senador.

4.3.2 **Prefeitos X Proprietários**

Para verificar a relação existente entre os prefeitos e os proprietários de terras no TVC, buscando identificar a possível relação entre poder político e propriedade da terra, foi realizado levantamento de dados em alguns órgãos: o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB) e o Tribunal Superior Eleitoral (TRE).

Para identificar os grandes proprietários, utilizou-se de uma lista, fornecida pelo INCRA. As propriedades constantes na relação do INCRA são aquelas com área superior a 10.000 hectares. A denominação dos proprietários listados, em sua maioria, encontra-se em nome de pessoa jurídica, sendo, 12 de pessoa física e 22 de pessoa jurídica. Tem-se inclusive 7 firmas registradas em outros estados.

Uma vez que, na relação disponibilizada pelo INCRA, muitos imóveis encontravam-se cadastrados em nome de pessoa jurídica, foi necessário contatar a Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB) para identificar as pessoas físicas que haviam registrado as propriedades.

Outra fonte de dados utilizada foi o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com a declaração de bens dos candidatos eleitos, prefeitos e vice-prefeitos. Nesta fonte contou-se com uma limitação dos dados, já que o TSE só disponibiliza a declaração da última eleição realizada, ou seja, a de 2008. Apesar de a declaração apresentar a descrição dos bens que o candidato possui, utilizou-se apenas àqueles referentes à posse da terra, isto é, as propriedades rurais. Uma ressalva a se fazer, é que os dados do TSE são declaratórios.

A partir do cruzamento prefeitos x proprietários, com os dados do INCRA, cujos nomes encontrados não podem ser citados, não pôde se constatar que os prefeitos

eleitos, observados no Apêndice deste estudo, são proprietários dos imóveis com área acima de 10.000 hectares. Fato ocorrido, dentre outros fatores, devido a muitas propriedades poderem estar registradas em nome de terceiros e não dos prefeituráveis, fato comum ocorrido como propriedade de bens no Brasil.

Com a declaração de bens do TSE pôde-se contatar os resultados que seguem. Dos prefeitos eleitos na eleição de 2008, aproximadamente 56%, conforme o Quadro 7, possui propriedade rural dentro e fora do município em que foram eleitos. O tamanho das propriedades varia de 10 a mais de 1000 hectares, ratificando a presença de proprietários de grandes propriedades¹⁹ de terras na região e constatando que muitos são políticos.

Os prefeitos de Barra, Ibotirama e Paratinga apresentam as maiores áreas de terras do TVC, 971, 801 e 768 hectares, respectivamente. Bom Jesus da Lapa, Malhada e Riacho de Santana têm prefeitos proprietário de terras, todavia, sem localidade e área informadas, ressaltando que os dados são declarados pelos próprios políticos. Têm-se ainda prefeitos que possuem propriedades dentro e fora do município. E, pôde-se constatar que os imóveis que não pertencem ao município estão localizados dentro do próprio TVC.

Os prefeitos de Carinhanha, Feira da Mata, Igaporã, Morpará, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos e Sítio do Mato não possuem propriedades rurais declaradas.

Com relação aos vice-prefeitos observa-se que 50% deles são proprietários de terras. Nos municípios que não possuem prefeitos donos de imóveis os vices o são. Os vice-prefeitos eleitos de Igaporã, Muquém do São Francisco e Sítio do Mato, apresentam extensas áreas de terras não só município em que venceram as eleições, mas em outras cidades vizinhas que fazem parte do TVC. Ressaltando que em Igaporã e Malhada, os vice-prefeitos possuem terras de valores elevados, no entanto não informaram a localidade e nem a área destas.

¹⁹ De acordo com a Lei 8.629 de 23 de fevereiro de 1993, o imóvel rural classifica-se em: pequena propriedade, 1 a 4 módulos fiscais; média propriedade, 4 a 15 módulos fiscais; e, grande propriedade, maior que 15 módulos fiscais (BRASIL, 2009d)

No município de Carinhanha, o vice-prefeito possui somente dentro da cidade 3.600 hectares de terras, além de efetivo de bovinos. Os vice-prefeitos de Ibotirama, 600 hectares, e Riacho de Santana, 5.759 hectares, também apresentam significativas áreas de terras.

A análise dos dados mostra que existe relação entre o poder político e a posse da terra no TVC. Contudo, cumpre realizar novo levantamento de dados não só de prefeitos, como foi o foco do estudo, mas também de outros cargos, como: vereadores e deputados federal e estadual, e talvez até senador e governador.

Município	Partido	Prefeito						Vice-Prefeito						
		Terras no município		Terras fora do município		Terras s.i. de localidade		Terras no município		Terras fora do município		Terras s.i. de localidade		
		ha	R\$	ha	R\$	ha	R\$	ha	R\$	ha	R\$	ha	R\$	
Barra	PP	971	10.000,00	-	-	-	-	PDT	-	-	s.i.	33.431,58	-	-
Bom Jesus da Lapa	PMDB	-	-	-	-	s.i.	150.000,00	PT	-	-	-	-	-	-
Brotas de Macaúbas	PT	70,3	48.369,00	-	-	-	-	PT	-	-	-	-	-	-
Carinhanha	PT	-	-	-	-	-	-	PTB	3.600	367.000,00	155	15.000,00	-	-
Feira da Mata	PT	-	-	-	-	-	-	PSC	75	75.000,00	-	-	-	-
Ibotirama	PMDB	801	50.000,00	-	-	-	-	DEM	12	17.172,17	600	143.102,60	-	-
Igaporã	PR	-	-	-	-	-	-	PC do B	-	-	-	-	s.i.	900.000,00
Malhada	PMDB	-	-	-	-	s.i.	138.090,00	PPS	-	-	-	-	s.i.	192.291,00
Matina	PC do B	30	30.000,00	213	80.000,00	-	-	PP	-	-	-	-	-	-
Morpará	PT	-	-	-	-	-	-	PC do B	56	30.000,00	-	-	-	-
Muquém do S. Francisco	PMDB	-	-	-	-	-	-	PDT	-	-	-	-	-	-
Oliveira dos Brejinhos	PMDB	-	-	-	-	-	-	PMDB	s.i.	150.000,00	-	-	-	-
Paratinga	PT	768	150.000,00	-	-	-	-	PT	-	-	-	-	-	-
Riacho de Santana	PMDB	-	-	1.100	300.000,00	110	100.000,00	PSDB	110	110.000,00	5.759	430.000,00	-	-
Serra do Ramalho	PC do B	60	170.000,00	-	-	-	-	PT	10	25.000,00	-	-	-	-
Sítio do Mato	PDT	-	-	-	-	-	-	PT	-	-	-	-	-	-

Quadro 7 – Eleições 2008: declaração de bens (imóveis rurais) dos prefeitos e vice-prefeitos eleitos, TVC

Elaboração própria, baseado em dados do TSE, 2009.

Obs.: s.i. – sem informação

E, de posse destes dados realizar pesquisas junto a pessoas que trabalhem e conheçam as realidades dês municípios.

Através dos dados do Quadro 7, evidencia-se certa incoerência dos dados declarados. Propriedades com áreas menores apresentam valores mais elevados, que áreas de grandes extensões. O prefeito de Barra possui 971 hectares de terras e esta é avaliada em R\$10.000, enquanto que o de Serra do Ramalho tem 60 hectares, avaliados em R\$170.000, por exemplo. Logo, a declaração de bens sugere que haja erros nos dados, devendo ser realizado acompanhamento detalhado, por parte do serviço público para apurar a veracidade dos dados declarados.

Como o TVC tem uma extensa área rural é notória a possibilidade de existência de proprietários de terras, e como fora observado estes também são políticos. Dessa forma, quem irá determinar o poder, exercer maior domínio na região de estudo serão aqueles que detêm maiores extensões de terras. Através da Lei 8.629 de 1993 pode-se observar como estão classificados os imóveis rurais dos prefeitos e vice-prefeitos do TVC. Os prefeitos de Barra, Ibotirama e Paratinga, têm suas terras classificadas como média propriedade, superiores a quatro módulos fiscais²⁰. Já as propriedades do prefeito de Riacho de Santana são classificadas como grande propriedade, superior a 15 módulos fiscais. Os vice-prefeitos de Carinhanha e Riacho de Santana têm imóveis classificados como grande propriedade.

²⁰ O módulo fiscal do TVC corresponde a 65 hectares de terras. Para calcular a classificação da propriedade de um proprietário do TVC divide-se sua área (em hectares) por 65. Os valores encontrados em módulos fiscais indicarão se a propriedade é classificada como pequena (1 a 4 módulos fiscais), média (de 4 a 15 módulos fiscais) ou grande (maior que 15 módulos fiscais).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo histórico de ocupação do território tanto em nível nacional, como regional criou uma das estruturas de propriedade mais concentradas do mundo. O que, por sua vez, vem acompanhado de grandes desigualdades sociais. Cria uma massa de agricultores sem terra para cultivar, provoca exclusão social, além do baixo desenvolvimento de condições sociais.

Para reverter tal quadro deve-se fazer com que a utilização das terras no Brasil se realize em benefício principalmente daqueles que nela trabalham, e não se constitua apenas, um negócio de pequena minoria. Para que isso se dê, não é suficiente esperar o desenrolar natural e espontâneo dos fatos. É preciso utilizar-se de algum meio para reverter à situação em que vivem milhões de agricultores.

O problema premente do Brasil é o da reforma agrária, visando tanto diversificar a produção e comprometê-la com o mercado interno como garantir a fixação do homem ao campo, atenuando o êxodo rural. Uma reforma agrária deve estar voltada tanto para a democratização do acesso a terra, por parte do trabalhador rural, como o da orientação do que produzir, de como produzir e do destino que deve ser dado à produção. Ela deve atingir tanto as formas como as funções da produção. A divisão da terra e o amparo ao pequeno proprietário e produtor devem estar ligados, conjugados.

O que também se espera de uma política como a reforma agrária é que ela possa gerar um impacto significativo sobre as relações de poder em vigor no campo brasileiro, superando a estrutura responsável pela manutenção de uma sociedade injusta e extremamente desigual. A relação do poder político com a propriedade da terra no TVC é fato, comprovando o domínio da propriedade da terra nas mãos de poucos. E, no que diz respeito à concentração de terras no TVC, vale ressaltar que a atual Política de Desenvolvimento Territorial (PDT) do Estado, não inclui a questão da apropriação do Território em suas propostas. A permanência de características do passado, oriundas do coronelismo, ainda é presente em alguns municípios do TVC. A manutenção do poder agora é retratada através da figura do político e grande proprietário de terras, sem esquecer que a relação do poder local, também passa a adquirir novas configurações, dentre elas a manifestação do poder político

no direito de propriedade. Logo, um controle maior do serviço público através do acompanhamento das ações dos governantes se faz necessário no Território.

Garantido o acesso a terra, outro grande desafio do campo é a inserção dos pequenos agricultores, chamados familiares, no mercado, como isso irá acontecer e como irão se apropriar da produção. Desafio este que poderá ser vencido com o auxílio do cooperativismo, do associativismo, do crédito associado à assistência técnica comprometida e coerente com os princípios produtivos da agricultura familiar. Mudança de atitude será o requisito básico para o novo agricultor. Isso significará uma verdadeira revolução no campo, que passa primeiramente pelo processo equitativo de distribuição da propriedade da terra.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo; BEDUSHI FILHO, Luiz Carlos. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. **Nova Economia**. Belo horizonte, v.14, n. 3, Set.-Dez. 2004.

AGUIAR, Durval Vieira de. **Descrições práticas da província da Bahia**: com declarações de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações. 2. ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília, 1979.

ALMEIDA, Francisco Provázio Lara de. Abuso do direito de propriedade e a função social da posse: a necessidade de rever a ponderação de interesses constitucionais. **Jus Navigandi**, Teresina, v. 13, n. 2034, 2009. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=12251>>. Acesso em: 29 mar. 2009.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 4. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1980. p. 7-48.

_____. Espaço agrário brasileiro: velhas formas, novas funções, novas formas, velhas funções. **Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 12, 2002. Disponível em: <www.geografia.fflch.usp.br>. Acesso em: 29 jun. 2008.

_____. **Latifúndio e reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Duas Cidades, 1980. p. 15-81.

BANCO MUNDIAL. **Dados estatísticos**. 2007. Disponível em: <<http://web.worldbank.org>> Acesso em: 30 mar. 2009.

BRASIL. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. **Vale do São Francisco**. [200-?]. Disponível em: <www.codevasf.gov.br>. Acesso em: 25 maio 2009 a.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 29 mar. 2009b.

BRASIL. **Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 16 jun. 2008 a.

BRASIL. **Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 21 mar. 2009c.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Estatísticas do Meio Rural**. São Paulo: DIEESE, 2006. Disponível em: <www.mda.gov.br>. Acesso em: 14 maio 2008c.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **O Brasil desconcentrando terras – índice de Gini**. Brasília, 2001. 20p. Disponível em: <www.mda.gov.br>. Acesso em: 24 maio 2008b.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Divulgação de Registro de Candidaturas**. 2009. Disponível em: <www.tse.gov.br>. Acesso em: 15 jun.2009 d.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **História das eleições no Brasil**. [200-?]. Disponível em <www.tse.gov.br>. Acesso em 15/06/09.

ECHEVERRI, Rafael. Os desafios da articulação de políticas públicas e participação social nos territórios. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E ATORES SOCIAIS, 2. Salvador, 2007. **Anais...** Salvador, 2007.

EMÍDIO, Teresa. Meio ambiente e paisagem. São Paulo: Senac, 2006. 176 p.

ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v.21.

FAVARETTO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural: mudança institucional ou “inovação por adição”? In: CONGRESSO DA SOCIEDADE DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44, Fortaleza, 2006. **Anais...** Fortaleza, 2006.

GALO, André Moysés. **Afinidades eletivas entre a União Democrática Nacional (UDN) e as forças armadas brasileiras**. [200-?]. Disponível em: <www.dhi.uem.br>. Acesso em: 17 dez. 2007.

GERMANI, Guiomar Inez. Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro. **Geotextos**: revista da Pós-graduação em Geografia da Ufba. Salvador. V. 2, N. 2, 2006. p. 115-147. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3040/2145> Acesso em: 20 jun. 2008.

GERMANI, Guiomar Inez; OLALDE, Alícia Ruiz; OLIVEIRA, Gilca Garcia. **Acesso a terra e desenvolvimento territorial no Médio São Francisco (BA)**. Salvador: MGEO/ GeografAR/ UFBA, ago. 2006.

GERMANI, Guiomar Inez; OLIVEIRA, Gilca Garcia de. **Assentamentos rurais no Médio São Francisco (Bahia-Brasil): políticas públicas, conflitos e resistências**. 2006. Disponível em: <www.google.com.br>. Acesso em: 21 out. 2007.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo agropecuário 2006**. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000**. 2000. (IBGE). **Censo Demográfico 2000**. 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2007**. 2007. (IBGE). **Censo Demográfico 2007**. 2007.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 2ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

LIMA, Policarpo. **Economia do Nordeste**: tendências recentes das áreas dinâmicas. 1994. Disponível em: <www.ufrgs.br>. Acesso em: 02 dez. 2007.

LIMA, Ruy Cirne. **Pequena história territorial do Brasil**: sesmarias e terras devolutas. 5. ed. Goiânia: UFG, 2002. 116p.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A questão agrária hoje e os desafios do governo Lula. **Agrária**, n. 1, 2004. Disponível em: <www.geografia.fflch.usp.br>. Acesso em: 16 jun. 2008.

MENEZES, William Guedes Martins Defensor. **Evolução territorial e administrativa da região econômica do Médio São Francisco**. Salvador: GeografAR/UFBA, 2005.

MIDDLEJ, Moema Maria Badaró; FIALHO, Nadia Hage. **Universidade e região**. 2003. Disponível em: <www.uesc.br>. Acesso em: 11 abr. 2009.

OLIVEIRA FILHO, Waldelio Almeida de. **A política articulada de desenvolvimento territorial rural implementada no estado da Bahia**: uma análise descritiva. Salvador: SEI, 2006. p. 127-140. (Séries Estudos e Pesquisas, n.73).

OLIVEIRA, Gilca Garcia de; GERMANI, Guiomar Inez; OLALDE, Alicia Ruiz; ESTRELA, Ely. Acesso a terra e desenvolvimento territorial no Médio São Francisco. In: IZERROUGENE, Bouzid (Org). **Ensaio Econômico**. Salvador: Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Ciências Econômicas, 2006. p. 11-38. (Série Ensaio Econômico, V.5).

PORTELA, Antônio Elson. Reforma agrária: uma medida econômica. **Primeira Versão**, v. 1, n. 25, 2001. Disponível em: < www.primeiraversao.unir.br>. Acesso em: 04 maio 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 15-92.

PREZIA, Benedito; HOORNAERT, Eduardo. A Lei de Terras de 1850. In: ZUCCONI, Ângelo João. **Brasil Indígena**: 500 anos de resistência. São Paulo: FTD, 2000. Disponível em: <www.terrabrasileira.net>. Acesso em: 13 mar. 2009.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Brasil reduz desigualdade e sobe no ranking**. 2006. Disponível em: <www.pnud.org.br>. Acesso em: 30 mar. 2009.

SAMPAIO, Teodoro. O rio São Francisco e a Chapada Diamantina. In: SANTANA, José Carlos Barreto de (Org.) **O rio São Francisco e a Chapada Diamantina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 352 p.

SILVA, Domingos Nascimento. A estrutura fundiária do estado da Bahia: considerações a partir do índice de Gini. **Conjuntura e Planejamento**, Salvador, n. 54, p. 18-21, nov. 1998.

_____. Aspectos da formação do espaço agrário brasileiro. **Bahia Agrícola**, p. 27-29. V. 3, n. 3, Nov.1999.

SILVA, Domingos Nascimento; MENDES, Luiz Gonzaga. Variação da estrutura fundiária do Estado da Bahia. **Bahia Agrícola**, Salvador, v. 2, n. 3, p. 57-63, nov. 1998.

SILVA, José Gomes da. **A reforma agrária brasileira na virada do milênio**. Campinas: ABRA, 1996. p. 114-122.

SOUSA, João Morais de. **Discussão em torno do conceito de coronelismo**: da propriedade da terra às práticas de manutenção do poder local. Disponível em: <www.fundaj.gov.br>. Acesso em: 02 dez. 2007.

SOUZA, Alírio Fernando Barbosa de. **O coronelismo no Médio São Francisco**: um estudo de poder local. Salvador, 1998.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Evolução territorial e administrativa do Estado da Bahia**: um breve histórico. Salvador, 2001. 120p

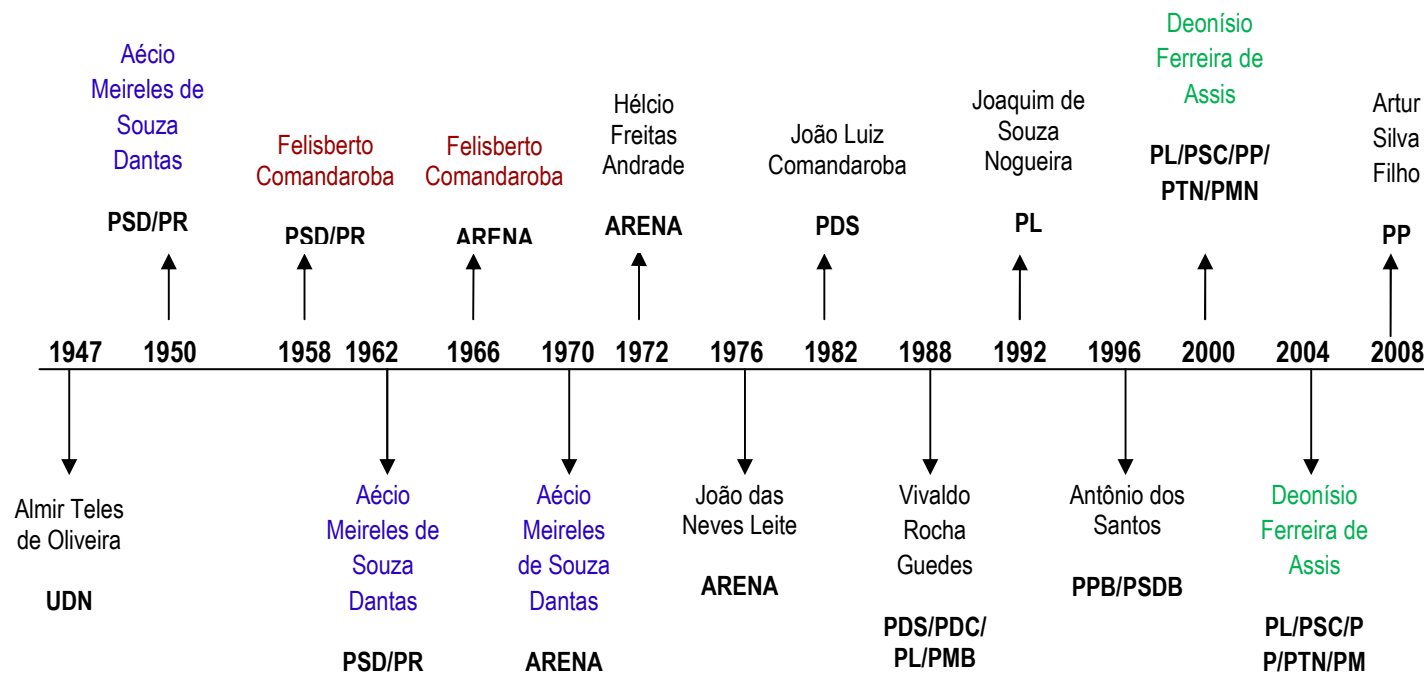
TAGLIETTI, Dablio Batista. A natureza social e econômica da Lei de Terras de 1850. **Revista de Ciências Humanas**, n. 7, 2005. Disponível em: <www.sicoda.fw.uri.br>. Acesso em: 14 mar. 2009.

TEIXEIRA, Celso Elenaldo. Partidos políticos: fragmentação e crise. **Caderno do CEAS**, n. 122, 1989.p. 22-34.

APÊNDICES

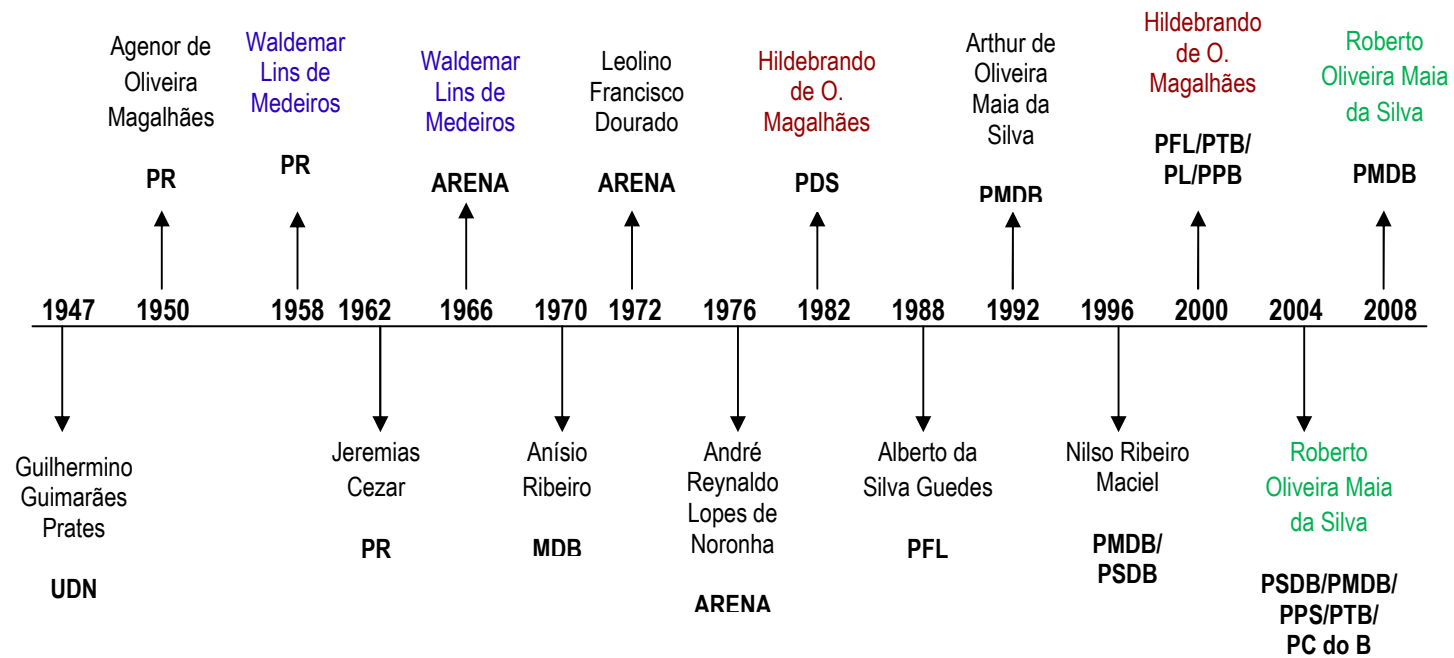
APÊNDICE A – Barra: cronologia político-partidária dos prefeitos eleitos

Barra: cronologia político-partidária dos prefeitos eleitos



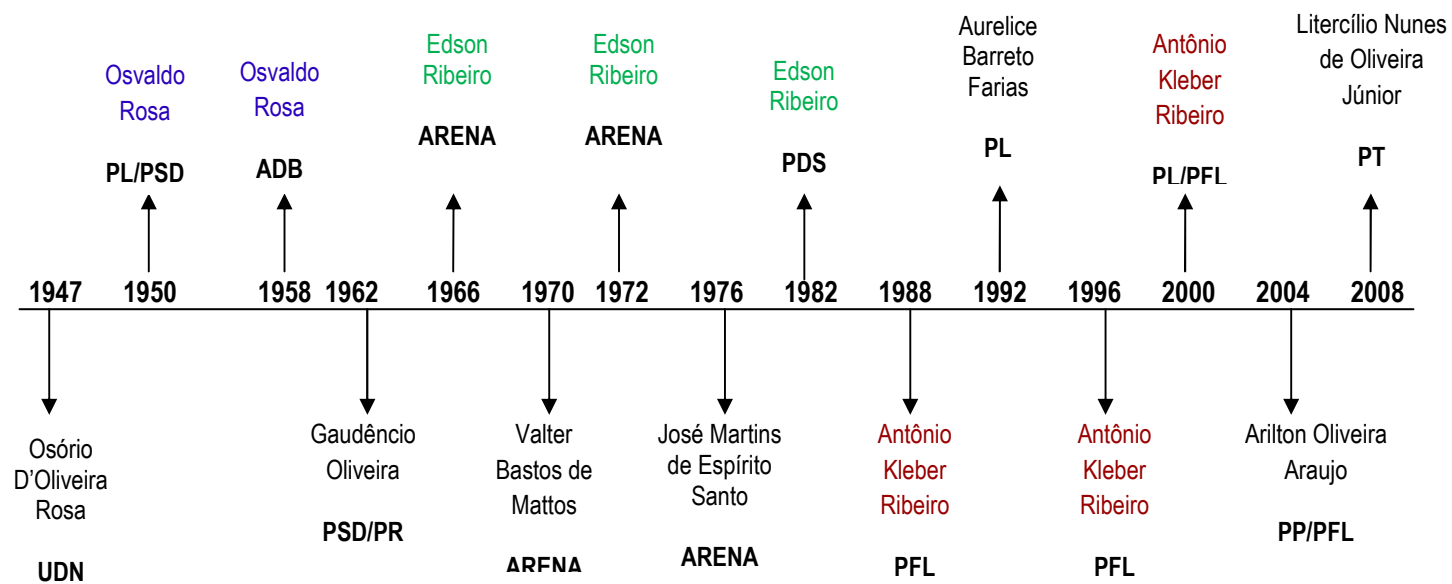
APÊNDICE B – Bom Jesus da Lapa: cronologia político-partidária dos prefeitos eleitos

Bom Jesus da Lapa: cronologia político-partidária dos prefeitos eleitos



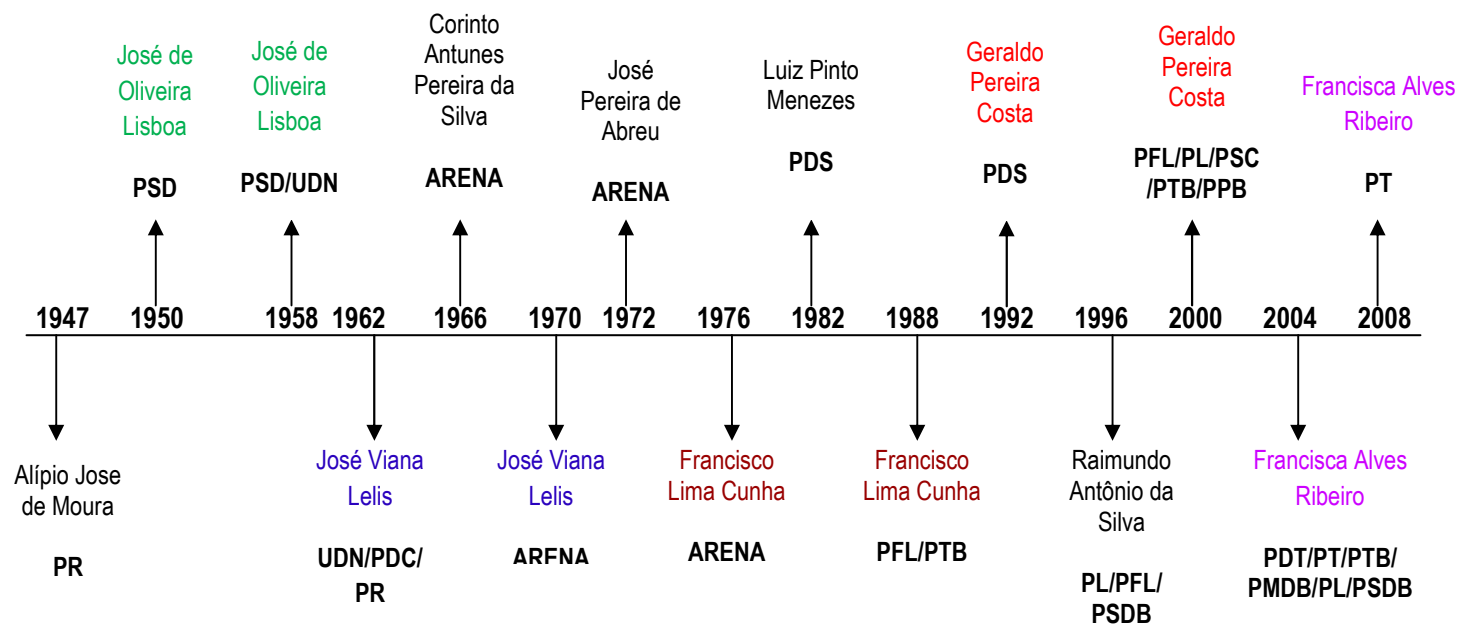
APÊNDICE C – Brotas de Macaúbas: cronologia político-partidária dos prefeitos eleitos

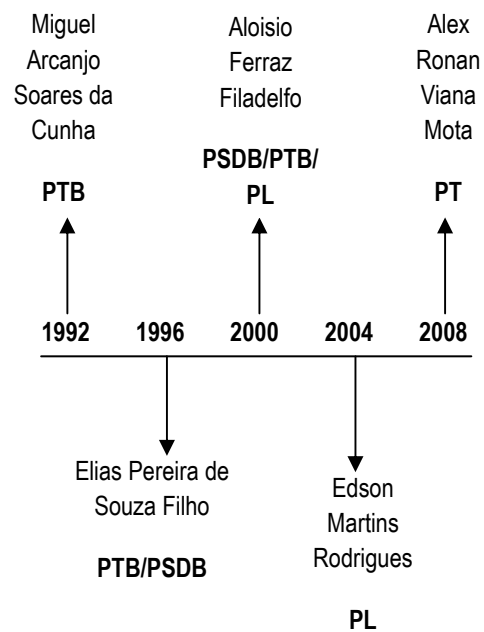
Brotas de Macaúbas: cronologia político-partidária dos prefeitos eleitos



APÊNDICE D – Carinhanha: cronologia político-partidária dos prefeitos eleitos

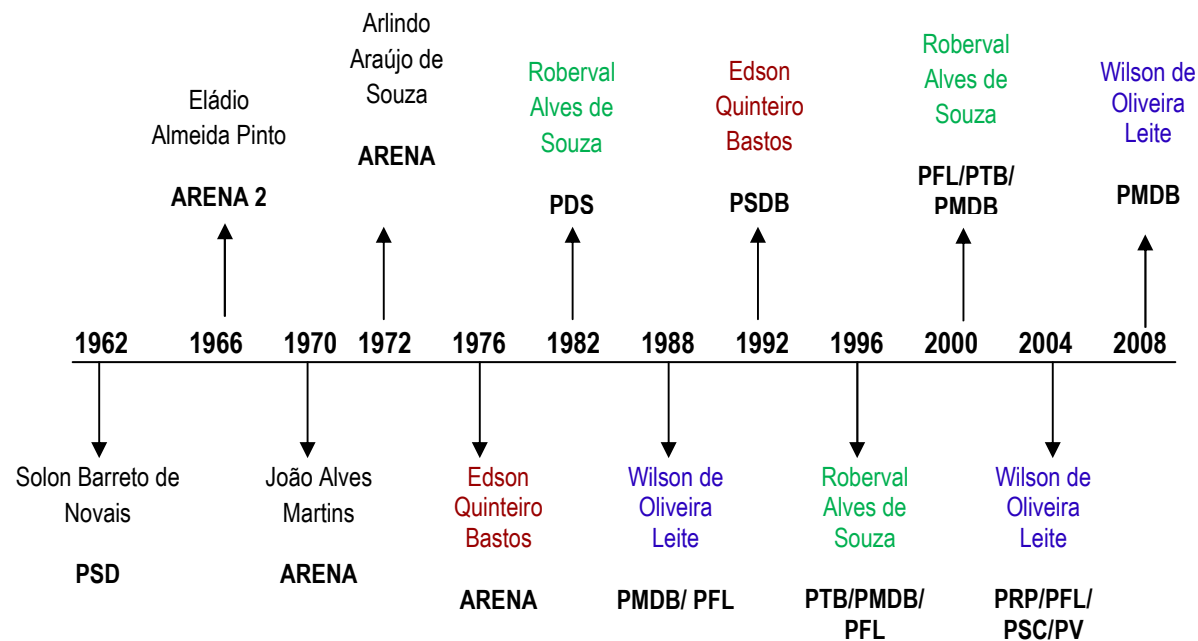
Carinhanha: cronologia político-partidária dos prefeitos eleitos



APÊNDICE E – Feira da Mata: cronologia político-partidária dos prefeitos eleitos**Feira da Mata: cronologia político-partidária dos prefeitos eleitos**

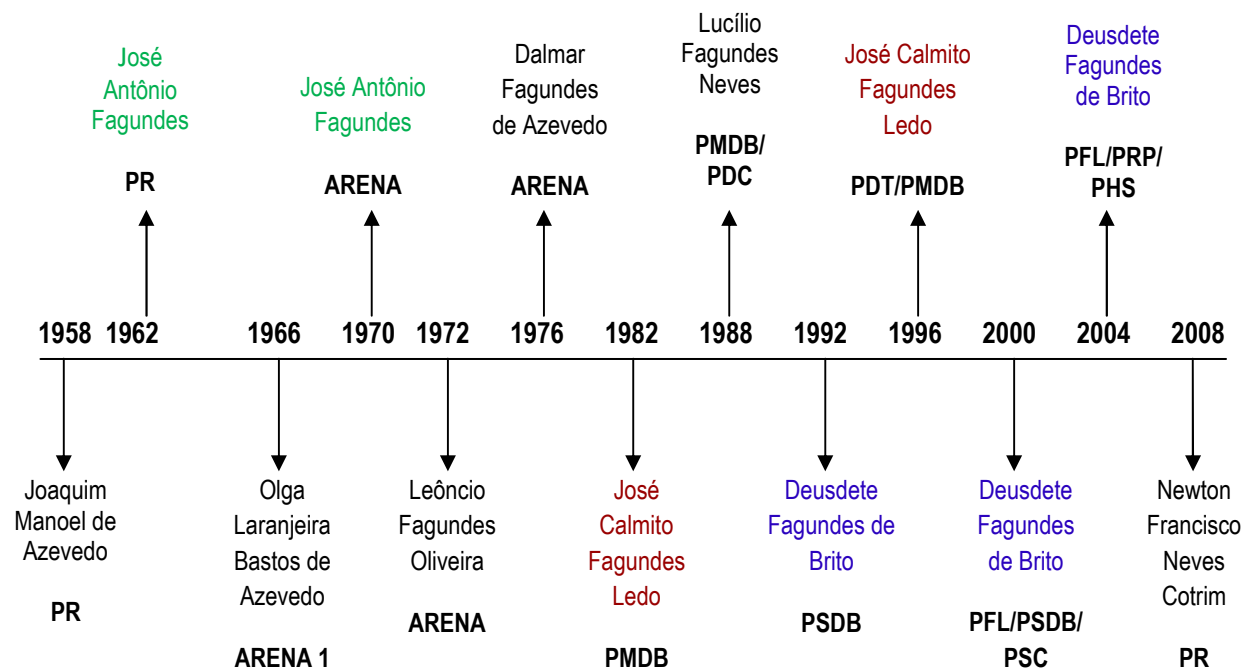
APÊNDICE F – Ibotirama: cronologia político-partidária dos prefeitos eleitos

Ibotirama: cronologia político-partidária dos prefeitos eleitos



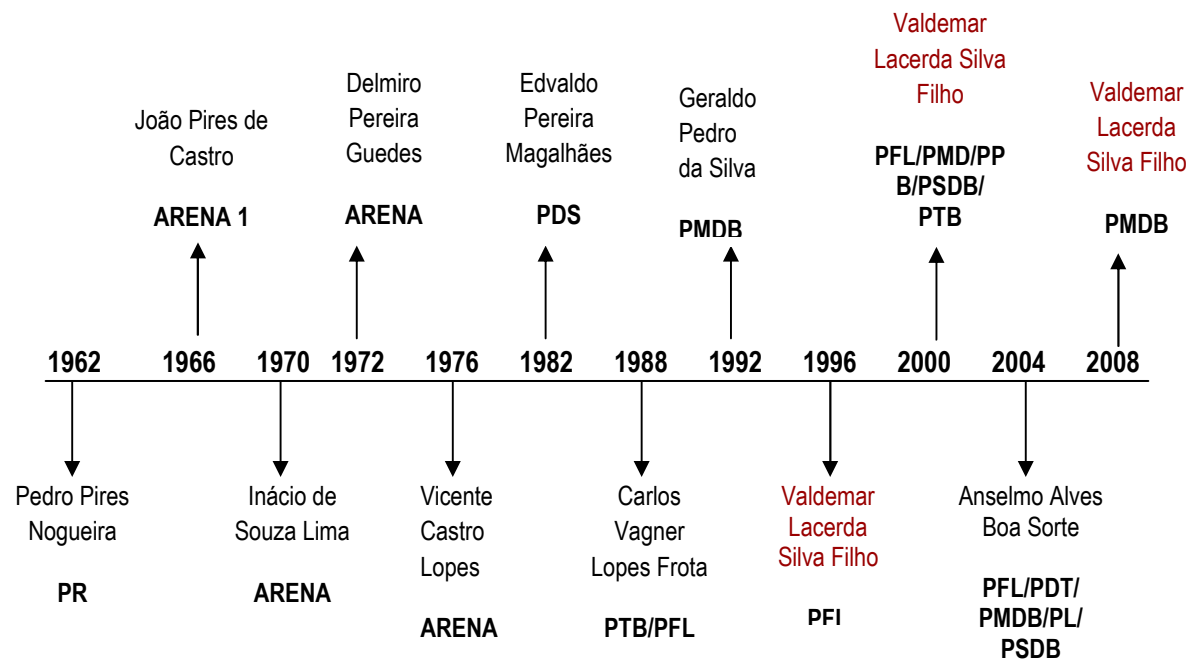
APÊNDICE G – Igaporã: cronologia político-partidária dos prefeitos eleitos

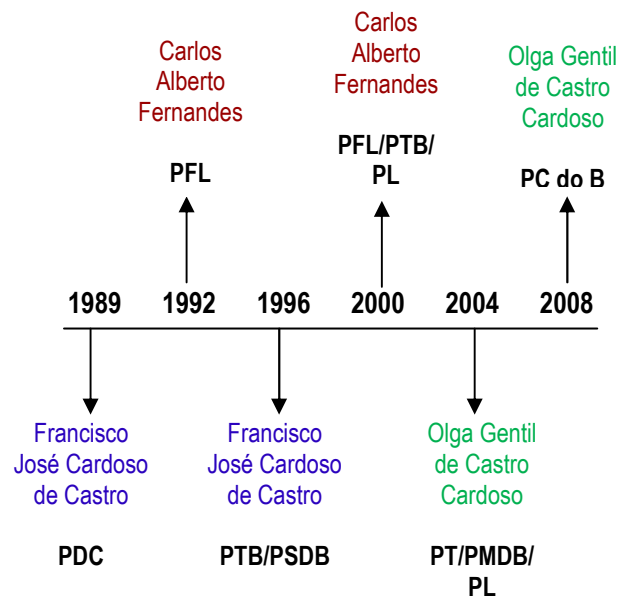
Igaporã: cronologia político-partidária dos prefeitos eleitos



APÊNDICE H – Malhada: cronologia político-partidária dos prefeitos eleitos

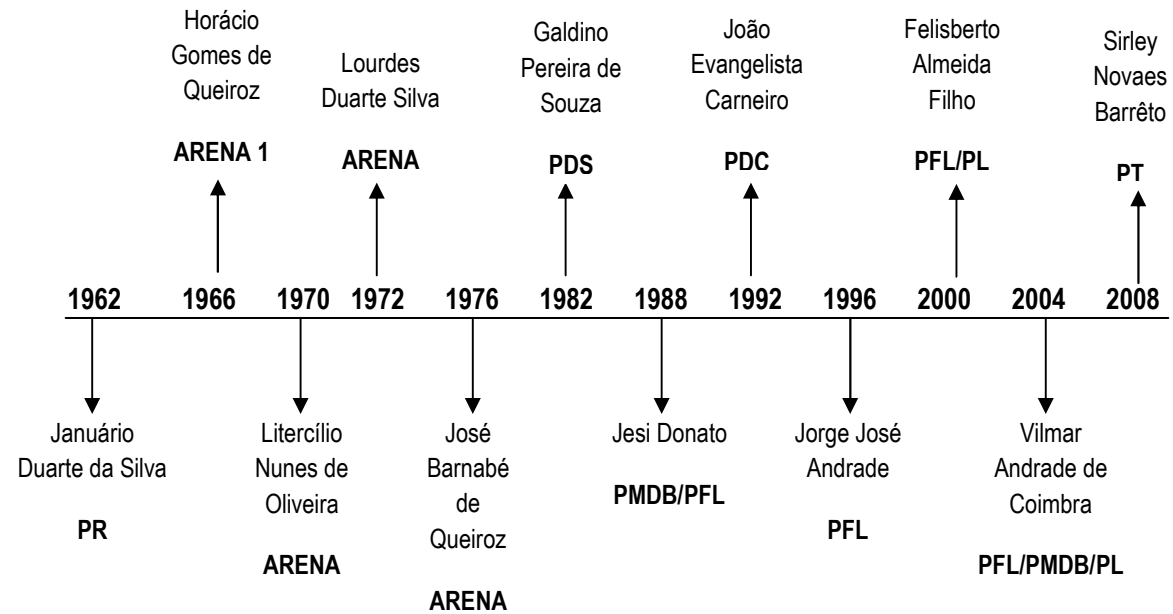
Malhada: cronologia político-partidária dos prefeitos eleitos



APÊNDICE I – Matina: cronologia político-partidária dos prefeitos eleitos**Matina: cronologia político-partidária dos prefeitos eleitos**

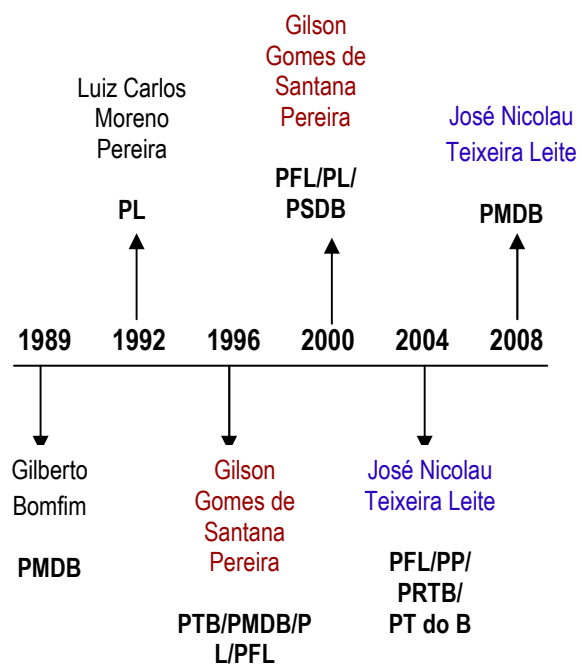
APÊNDICE J – Morpará: cronologia político-partidária dos prefeitos eleitos

Morpará: cronologia político-partidária dos prefeitos eleitos



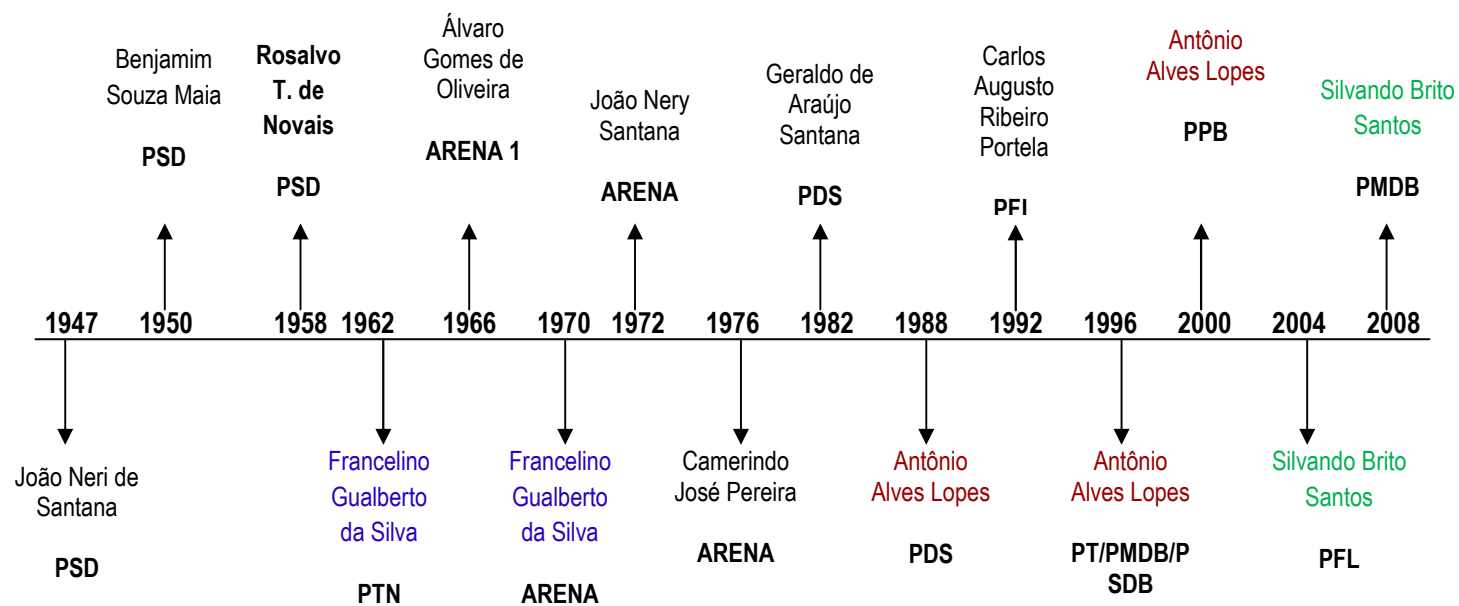
APÊNDICE K – Muquém do São Francisco: cronologia político-partidária dos prefeitos eleitos

Muquém do São Francisco: cronologia político-partidária dos prefeitos eleitos



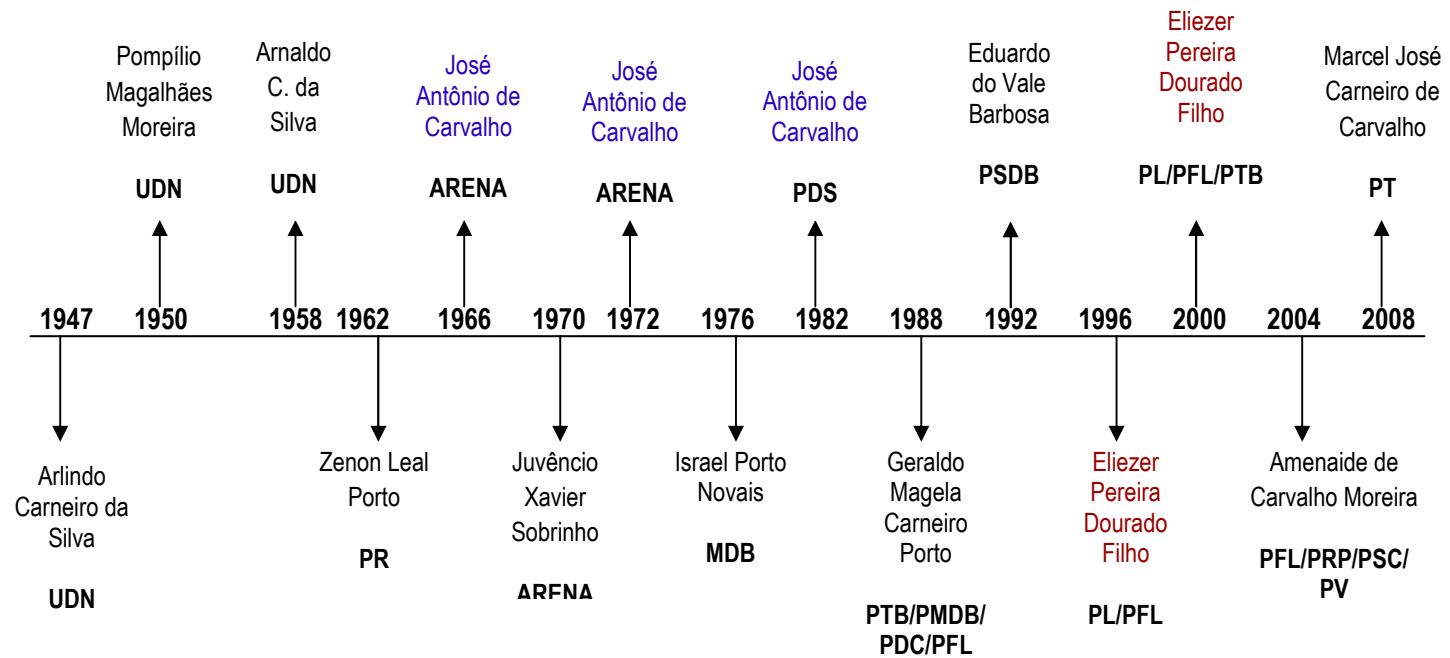
APÊNDICE L – Oliveira dos Brejinhos: cronologia político-partidária dos prefeitos eleitos

Oliveira dos Brejinhos: cronologia político-partidária dos prefeitos eleitos



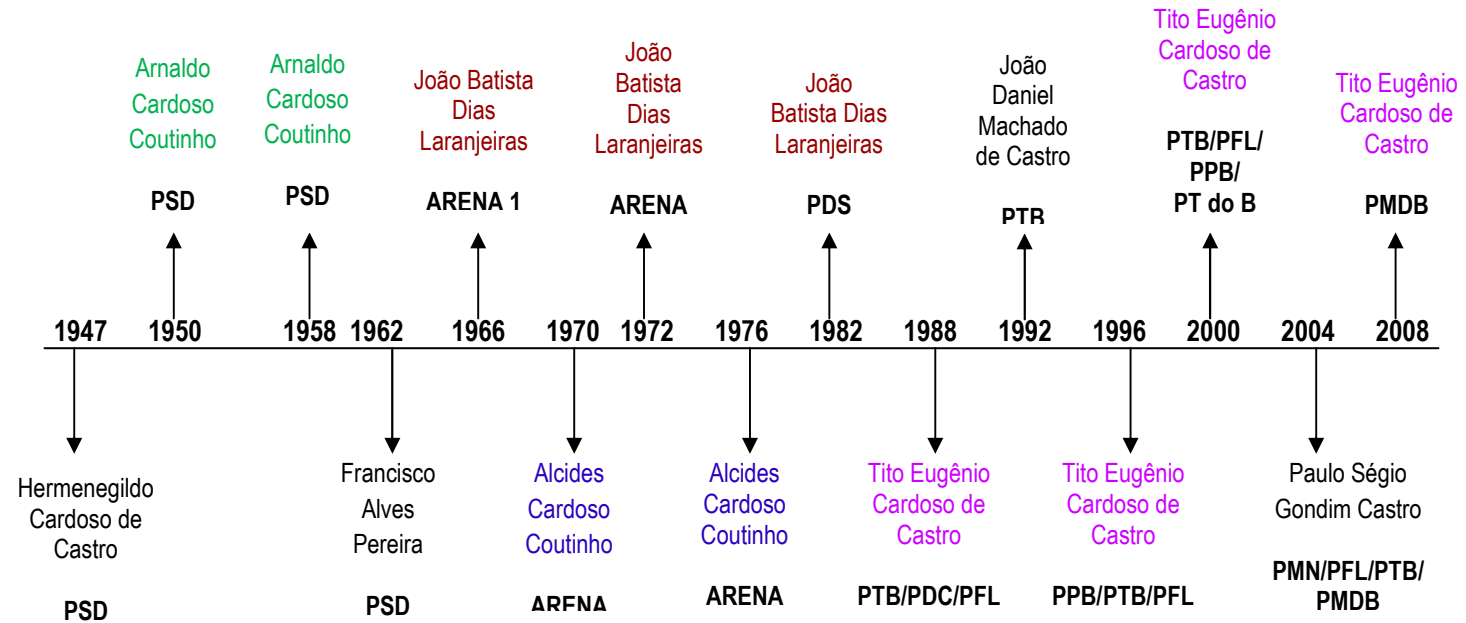
APÊNDICE M – Paratinga: cronologia político-partidária dos prefeitos eleitos

Paratinga: cronologia político-partidária dos prefeitos eleitos



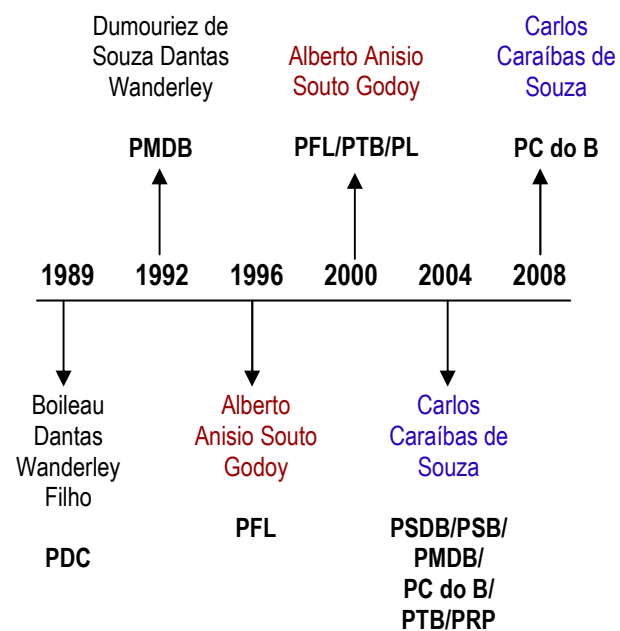
APÊNDICE N – Riacho de Santana: cronologia político-partidária dos prefeitos eleitos

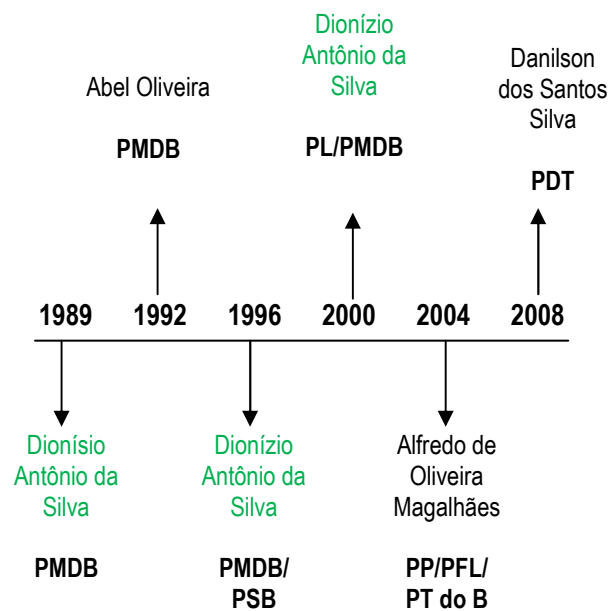
Riacho de Santana: cronologia político-partidária dos prefeitos eleitos



APÊNDICE O – Serra do Ramalho: cronologia político-partidária dos prefeitos eleitos

Serra do Ramalho: cronologia político-partidária dos prefeitos eleitos



APÊNDICE P – Sítio do Mato: cronologia político-partidária dos prefeitos eleitos**Sítio do Mato: cronologia político-partidária dos prefeitos eleitos**

ANEXOS

ANEXO A – Estrutura Fundiária e Índice de Gini dos municípios do TVC, Bahia, 1996

Barra 1996 MF=65 FMP=25 IG =0,959

Grupo de Área	Estabelecimento (unidade)	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
>1	605	350	22,31	0,10
1 > 2	568	789	20,94	0,23
2 > 5	705	2.062	25,00	0,60
5 > 10	202	1.339	7,45	0,39
10 > 20	86	1.129	3,17	0,33
20 > 50	174	5.553	6,42	1,62
50 > 100	185	11.553	6,82	3,37
100 > 200	56	7.581	2,06	2,21
200 > 500	61	17.328	2,25	5,05
500 > 1.000	31	20.636	1,14	6,02
1.000 > 2.000	12	15.291	0,44	4,46
2.000 > 5.000	11	31.550	0,41	9,20
5.000 > 10.000	5	36.226	0,18	10,56
10.000 > 100.000	11	191.650	0,41	55,87
> 100.000				
Total	2.712	343.037	100,00	100,00

IBGE.Censo Agropecuário 1995/6, Bahia - www.ibge.gov.br.

Elaboração: Projeto GeografAR, 2004.

Bom Jesus da Lapa 1996 MF=65 FMP =25 IG =0,875

Grupo de Área	Estabelecimento (unidade)	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
>1	39	15	1,23	0,01
1 > 2	187	220	5,92	0,09
2 > 5	1.047	3.407	33,13	1,33
5 > 10	405	2.527	12,82	0,99
10 > 20	352	4.390	11,14	1,71
20 > 50	518	14.770	16,39	5,77
50 > 100	283	17.510	8,96	6,84
100 > 200	154	18.784	4,87	7,33
200 > 500	108	32.373	3,42	12,64
500 > 1.000	38	25.866	1,20	10,10
1.000 > 2.000	16	19.527	0,51	7,62
2.000 > 5.000	9	26.520	0,28	10,35
5.000 > 10.000	1	6.100	0,03	2,38
10.000 > 100.000	3	84.123	0,09	32,84
> 100.000				
Total	3.160	256.135	100,00	100,00

IBGE.Censo Agropecuário 1995/6, Bahia - www.ibge.gov.br.

Elaboração: Projeto GeografAR, 2004.

Brotas de Macaúbas 1996 MF=65 FMP=25 IG = 0,591

Grupo de Área	Estabelecimento (unidade)	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
>1	25	17	1,82	0,05
1 > 2	55	74	4,01	0,23
2 > 5	216	771	15,74	2,38
5 > 10	304	2.168	22,16	6,70
10 > 20	337	4.602	24,56	14,23
20 > 50	273	7.680	19,90	23,74
50 > 100	103	6.530	7,51	20,18
100 > 200	38	4.890	2,77	15,12
200 > 500	20	5.119	1,46	15,82
500 > 1.000	1	500	0,07	1,55
1.000 > 2.000				
2.000 > 5.000				
5.000 > 10.000				
10.000 > 100.000				
> 100.000				
Total	1.372	32.351	100,00	100,00

IBGE.Censo Agropecuário 1995/6, Bahia - www.ibge.gov.br.

Elaboração: Projeto GeograAR, 2004.

Carinhanha 1996 MF=65 FMP =25 IG =0,667

Grupo de Área	Estabelecimento (unidade)	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
>1	7	4	0,26	0,00
1 > 2	35	41	1,28	0,02
2 > 5	111	326	4,05	0,16
5 > 10	147	956	5,37	0,47
10 > 20	284	3.786	10,37	1,84
20 > 50	1.344	36.751	49,07	17,88
50 > 100	493	32.387	18,00	15,76
100 > 200	170	21.476	6,21	10,45
200 > 500	95	26.776	3,47	13,03
500 > 1.000	25	16.674	0,91	8,11
1.000 > 2.000	20	27.472	0,73	13,37
2.000 > 5.000	5	14.354	0,18	6,99
5.000 > 10.000	2	12.493	0,07	6,08
10.000 > 100.000	1	12.000	0,04	5,84
> 100.000				
Total	2.739	205.496	100,00	100,00

IBGE.Censo Agropecuário 1995/6, Bahia - www.ibge.gov.br.

Elaboração: Projeto GeograAR, 2004.

Feira da Mata 1996

MF=65

FMP =25

IG =0,769

Grupo de Área	Estabelecimento (unidade)	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
>1	6	3	0,58	0,00
1 > 2	34	37	3,26	0,04
2 > 5	167	452	16,03	0,53
5 > 10	121	756	11,61	0,89
10 > 20	155	1.928	14,88	2,26
20 > 50	259	7.577	24,86	8,90
50 > 100	132	8.638	12,67	10,15
100 > 200	76	10.003	7,29	11,75
200 > 500	61	17.136	5,85	20,13
500 > 1.000	20	13.224	1,92	15,53
1.000 > 2.000	7	8.384	0,67	9,85
2.000 > 5.000	3	9.002	0,29	10,57
5.000 > 10.000	1	8.000	0,10	9,40
10.000 > 100.000				
> 100.000				
Total	1.042	85.140	100,00	100,00

IBGE.Censo Agropecuário 1995/6, Bahia - www.ibge.gov.br.

Elaboração: Projeto GeografAR, 2004.

Ibotirama 1996

MF=65

FMP =25

IG =0,837

Grupo de Área	Estabelecimento (unidade)	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
>1	30	23	2,64	0,03
1 > 2	156	201	13,74	0,25
2 > 5	234	715	20,62	0,91
5 > 10	151	970	13,30	1,23
10 > 20	143	1.792	12,60	2,26
20 > 50	182	5.568	16,04	7,04
50 > 100	108	6.990	9,52	8,84
100 > 200	62	8.147	5,46	10,30
200 > 500	33	8.640	2,91	10,92
500 > 1.000	13	8.260	1,15	10,44
1.000 > 2.000	19	23.166	1,67	29,28
2.000 > 5.000	3	8.650	0,26	10,93
5.000 > 10.000	1	6.000	0,09	7,58
10.000 > 100.000				
> 100.000				
Total	1.135	79.122	100,00	100,00

IBGE.Censo Agropecuário 1995/6, Bahia - www.ibge.gov.br.

Elaboração: Projeto GeografAR, 2004.

Igarorã

1996

MF=65

FMP=3

IG = 0,302

Grupo de Área	Estabelecimento (unidade)	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
>1	10	5	0,60	0,01
1 > 2	149	157	8,90	0,32
2 > 5	454	1.226	27,10	2,53
5 > 10	226	1.406	13,49	2,91
10 > 20	293	3.769	17,49	7,79
20 > 50	257	7.481	15,34	15,47
50 > 100	162	10.130	9,67	20,96
100 > 200	76	9.526	4,54	19,70
200 > 500	45	11.557	2,69	23,90
500 > 1.000	2	1.000	0,12	2,07
1.000 > 2.000	0	0	0,00	0,00
2.000 > 5.000	1	2.100	0,06	4,34
5.000 > 10.000				
10.000 > 100.000				
> 100.000				
Total	1.675	48.356	100,00	100,00

IBGE.Censo Agropecuário 1996/97, Bahia - www.ibge.gov.br.

Elaboração: Projeto GeografAR, 2004.

Malhada

1996

MF=65

FMP=25

IG = 0,910

Grupo de Área	Estabelecimento (unidade)	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
>1	20	11	1,16	0,01
1 > 2	193	212	11,23	0,11
2 > 5	417	1.120	24,27	0,56
5 > 10	253	1.589	14,73	0,80
10 > 20	273	3.380	15,89	1,70
20 > 50	285	8.467	16,59	4,26
50 > 100	127	8.273	7,39	4,16
100 > 200	48	6.380	2,79	3,21
200 > 500	40	11.867	2,33	5,97
500 > 1.000	19	11.582	1,11	5,83
1.000 > 2.000	18	23.397	1,05	11,77
2.000 > 5.000	14	45.510	0,81	22,89
5.000 > 10.000	9	48.000	0,52	24,15
10.000 > 100.000	2	29.000	0,12	14,59
> 100.000				
Total	1.718	198.788	100,00	100,00

IBGE.Censo Agropecuário 1996/97, Bahia - www.ibge.gov.br.

Elaboração: Projeto GeografAR, 2004.

Matina 1996 MF=65 FMP=3 IG = 0,710

Grupo de Área	Estabelecimento (unidade)	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
>1				
1 > 2	139	196	8,10	0,35
2 > 5	383	1.163	22,32	2,09
5 > 10	271	1.706	15,79	3,06
10 > 20	347	4.368	20,22	7,85
20 > 50	318	9.724	18,53	17,47
50 > 100	142	8.911	8,28	16,01
100 > 200	60	7.324	3,50	13,16
200 > 500	43	11.908	2,51	21,39
500 > 1.000	11	8.360	0,64	15,02
1.000 > 2.000	2	2.000	0,12	3,59
2.000 > 5.000				
5.000 > 10.000				
10.000 > 100.000				
> 100.000				
Total	1.716	55.659	100,00	100,00

IBGE.Censo Agropecuário 1995/6, Bahia - www.ibge.gov.br.

Elaboração: Projeto GeografAR, 2004.

Morpará 1996 MF=65 FMP=25 IG = 0,854

Grupo de Área	Estabelecimento (unidade)	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
>1	1	1	0,17	0,00
1 > 2	3	4	0,52	0,00
2 > 5	30	98	5,24	0,08
5 > 10	53	364	9,27	0,28
10 > 20	99	1.257	17,31	0,97
20 > 50	157	4.637	27,45	3,57
50 > 100	89	5.667	15,56	4,36
100 > 200	63	7.522	11,01	5,79
200 > 500	39	10.463	6,82	8,05
500 > 1.000	14	9.316	2,45	7,17
1.000 > 2.000	15	18.585	2,62	14,30
2.000 > 5.000	7	20.070	1,22	15,44
5.000 > 10.000	0	0	0,00	0,00
10.000 > 100.000	2	52.000	0,35	40,00
> 100.000				
Total	572	129.985	100,00	100,00

IBGE.Censo Agropecuário 1995-1996, Bahia - www.ibge.gov.br.

Elaboração: Projeto GeografAR, 2004.

Muquém de São Francisco 1996 *MF=65* *FMP=25* *IG = 0,89*

Grupo de Área	Estabelecimento (unidade)	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
>1	24	18	2,80	0,01
1 > 2	77	109	8,98	0,05
2 > 5	95	295	11,09	0,13
5 > 10	66	449	7,70	0,19
10 > 20	61	827	7,12	0,36
20 > 50	277	8.278	32,32	3,59
50 > 100	81	5.304	9,45	2,30
100 > 200	61	7.830	7,12	3,39
200 > 500	43	13.513	5,02	5,86
500 > 1.000	27	18.357	3,15	7,96
1.000 > 2.000	14	18.876	1,63	8,18
2.000 > 5.000	19	58.092	2,22	24,32
5.000 > 10.000	10	60.700	1,17	26,32
10.000 > 100.000	2	40.000	0,23	17,34
> 100.000				
Total	857	230.647	100,00	100,00

IBGE.Censo Agropecuário 1996/6, Bahia - www.ibge.gov.br.

Elaboração: Projeto GeografAR, 2004.

Oliveira dos Brejinhos 1996 *MF=65* *FMP=25* *IG = 0,745*

Grupo de Área	Estabelecimento (unidade)	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
>1	22	15	0,70	0,01
1 > 2	141	193	4,48	0,13
2 > 5	488	1.480	15,52	0,97
5 > 10	581	3.880	18,48	2,41
10 > 20	628	7.821	19,97	4,90
20 > 50	651	19.485	20,71	12,74
50 > 100	359	23.531	11,29	15,40
100 > 200	143	18.547	4,55	12,14
200 > 500	93	27.356	2,93	17,91
500 > 1.000	27	18.048	0,88	10,50
1.000 > 2.000	8	10.195	0,25	6,87
2.000 > 5.000	7	18.282	0,22	11,95
5.000 > 10.000	1	6.364	0,03	4,17
10.000 > 100.000				
> 100.000				
Total	3.144	152.765	100,00	100,00

IBGE.Censo Agropecuário 1996/6, Bahia - www.ibge.gov.br.

Elaboração: Projeto GeografAR, 2004.

Paratinga 1996

MF=65

FMP=25

IG = 0,651

Grupo de Área	Estabelecimento (unidade)	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
>1	15	11	0,65	0,02
1 > 2	49	66	2,12	0,09
2 > 5	373	1.153	16,13	1,65
5 > 10	413	2.590	17,86	3,71
10 > 20	555	6.715	24,01	9,62
20 > 50	613	17.481	26,51	25,04
50 > 100	216	12.875	9,34	18,44
100 > 200	52	6.294	2,26	9,01
200 > 500	23	6.637	0,99	9,51
500 > 1.000	1	800	0,04	1,15
1.000 > 2.000	1	1.200	0,04	1,72
2.000 > 5.000	0	0	0,00	0,00
5.000 > 10.000	0	0	0,00	0,00
10.000 > 100.000	1	14.000	0,04	20,06
> 100.000				
Total	2.312	69.821	100,00	100,00

IBGE.Censo Agropecuário 1995/6, Bahia - www.ibge.gov.br.

Elaboração: Projeto GeografAR, 2004.

Riacho de Santana 1996

MF=65

FMP=3

IG = 0,780

Grupo de Área	Estabelecimento (unidade)	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
>1	16	8	0,35	0,00
1 > 2	298	361	6,60	0,19
2 > 5	1.108	3.064	24,53	1,61
5 > 10	764	4.628	16,91	2,43
10 > 20	764	9.483	16,91	4,98
20 > 50	834	23.881	18,46	12,53
50 > 100	381	23.780	8,43	12,48
100 > 200	181	22.726	4,01	11,92
200 > 500	115	31.543	2,55	16,55
500 > 1.000	37	22.178	0,82	11,64
1.000 > 2.000	12	14.433	0,27	7,57
2.000 > 5.000	6	14.500	0,13	7,61
5.000 > 10.000	0	0	0,00	0,00
10.000 > 100.000	1	20.000	0,02	10,49
> 100.000				
Total	4.517	190.585	100,00	100,00

IBGE.Censo Agropecuário 1995/6, Bahia - www.ibge.gov.br.

Elaboração: Projeto GeografAR, 2004.

Serra do Ramalho 1996

MF=65

FMP=25

IG = 0,410

Grupo de Área	Estabelecimento (unidade)	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
>1	11	5	0,23	0,00
1 > 2	96	104	2,01	0,07
2 > 5	269	756	5,63	0,50
5 > 10	180	1.029	3,76	0,68
10 > 20	128	1.837	2,68	1,21
20 > 50	3.698	85.539	77,33	56,31
50 > 100	271	17.537	5,67	11,54
100 > 200	92	10.274	1,92	6,76
200 > 500	25	6.169	0,52	4,06
500 > 1.000	5	3.070	0,10	2,02
1.000 > 2.000	3	3.600	0,06	2,37
2.000 > 5.000	2	6.500	0,04	4,28
5.000 > 10.000	1	5.000	0,02	3,29
10.000 > 100.000	1	10.500	0,02	6,91
> 100.000				
Total	4.782	151.920	100,00	100,00

IBGE.Censo Agropecuário 1995/6, Bahia - www.ibge.gov.br.

Elaboração: Projeto GeografAR, 2004.

Sítio do Mato 1996

MF=65

FMP=25

IG = 0,928

Grupo de Área	Estabelecimento (unidade)	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
>1				
1 > 2	37	39	8,83	0,02
2 > 5	79	197	17,90	0,12
5 > 10	41	256	9,79	0,15
10 > 20	37	453	8,83	0,27
20 > 50	76	2.519	18,14	1,48
50 > 100	72	4.739	17,18	2,79
100 > 200	39	5.326	9,31	3,14
200 > 500	18	5.222	4,30	3,08
500 > 1.000	5	4.000	1,19	2,36
1.000 > 2.000	7	10.361	1,67	6,11
2.000 > 5.000	4	10.334	0,95	6,09
5.000 > 10.000	3	22.429	0,72	13,22
10.000 > 100.000	5	103.800	1,19	61,18
> 100.000				
Total	419	169.675	100,00	100,00

IBGE.Censo Agropecuário 1995/6, Bahia - www.ibge.gov.br.

Elaboração: Projeto GeografAR, 2004.